



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

24 DE ABRIL DE 2008

No dia 24 de Abril, pelas 09 horas e 30 minutos no edifício do Auditório Municipal, Anfiteatro, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- ACTAS** – Leitura, discussão e votação das actas: da sessão Extraordinária de 10 de Janeiro de 2008 e da sessão Ordinária de 15 de Fevereiro de 2008.
- 2- PÚBLICO** – 1.º Período de Intervenção.
- 3- Período de Antes da Ordem do Dia.**
- 4- Período da Ordem do Dia:**
 - 4.1-** Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art.º 53.º do Decreto-lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.
 - 4.2-** Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2007 – CMM.
 - 4.3-** Relatório e Conta de Gerência de 2007 – SMA.
 - 4.4-** Inventário da Autarquia – 2007.
 - 4.5-** Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental para 2008.
 - 4.6-** Concurso para Contratação de Empréstimo Bancário a Longo Prazo no valor de 3.000.000,00 € (Três milhões de Euros)
 - 4.7-** Proposta de Alteração ao Regulamento dos Cemitérios Municipais de Mirandela (Retirado da Agenda).
 - 4.8-** Atribuição de “Declaração de Interesse Público” ao projecto de reabilitação e alargamento da Obra de Arte–Ponte da Formigosa – sobre o rio Tuela ao Km 28 + 450 da E.N. 315.
- 5- Outros Assuntos de Interesse para o Município.**
- 6- PÚBLICO** – 2.º Período de Intervenção.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Jorge Manuel Pereira
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 60 presenças, pelo que o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 67 no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Adérito Joaquim Ferro Pires, Francisco Paradela Monteiro, António Joaquim Pereira Figueiredo, José Baltazar Gomes Aguiar, Paulo Manuel P. Rodrigues Pinto, Rogério Valdemar Rodrigues Frutuoso, Fernando Manuel Gomes Alves e Vitor Abel Sousa

Justificação de faltas:



Reunião de 15/02/2008

- Armando Marques Janela (motivos profissionais)
- Luís José Herdeiro Mosqueiro (motivos profissionais)
- Rui Manuel Morais Fialho (motivos profissionais)
- António Joaquim Pereira Figueiredo (motivos profissionais)
- Alexandra Carmelita Lopes Prada (motivos profissionais)

Reunião de 24/04/2008

- José Baltazar Gomes Aguiar (motivos profissionais)

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Correspondência recebida:

- Circulares da Associação Nacional de Municípios: revisão do mapa judiciário e o envio de diversos boletins.
- Esri Portugal: Circular sobre sessões de tecnologia e EUE'08 Novos Mundos um Mapa.
- Corpos Editora: Convite para a apresentação pública do primeiro livro da colecção Corpos Jurídicos.
- Fundação Museu do Douro, convites para: inauguração da exposição "Três Olhares sobre Alpjares", "O Comboio chegou a Barca d'Alva", apresentação do Roteiro Literário "Douro" e apresentação do livro/Inventário "Arquitecturas da Paisagem Vinhateira".
- Presidência do Conselho de Ministros, Casa Civil da Presidência da República, do Grupo Parlamentar do PSD, do CDS/PP, da Assembleia Municipal do Seixal, da Assembleia Municipal da Amadora, Assembleia Municipal de Valença e Aveiro: recepção da moção enviada por esta Assembleia.
- Convites para diversos eventos entretanto ocorridos, como os 495 anos do foral da vila de Frechas.
- Município de Macedo de Cavaleiros: transcrição da moção apresentada na Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros.
- Santa Casa da Misericórdia: cerimónias da Semana Santa.
- Junta de Freguesia de Torre D. Chama: convite para a Feira dos Produtos Agrícolas.
- Assembleia Municipal de Mogadouro: moção "direito cidadania";
- Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste: análise à proposta do trabalho a apresentar à Comissão directiva do PO Norte relativo à contratualização.
- Convite para os 125 anos dos Bombeiros Voluntários de Mirandela.
- Governo Civil de Bragança: convite para apresentação do dispositivo operacional de combate aos incêndios florestais.

Quanto a correspondência é tudo. Se alguém quiser consultar os documentos, eles estão à disposição de todos os elementos da Assembleia Municipal para o poderem fazer.

1.º PONTO - LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS: DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 10 DE JANEIRO DE 2008 E DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE FEVEREIRO DE 2008.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bom-dia a todos, à Mesa, ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados, aos Srs. Múncipes, Comunicação Social.

Vamos então na continuação desta reunião e fazer de imediato a votação das actas anteriores. Todos receberam duas actas.

Vamos votá-las em separado.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Bom dia a todos.

Já foi levantado aqui pela nossa bancada o problema das actas. Na verdade, não quer dizer que elas não traduzam aquilo que se passa nas assembleias, mas uma coisa é certa: a forma como estão redigidas realmente não está correcta porque tem erros ortográficos e arrazoado e naturalmente põe-se aí um problema de correcção. Eu pedia à Mesa para de futuro ser feita realmente uma verificação da forma como as actas são elaboradas.

Na verdade em relação à acta da Câmara, todos sabemos, sobretudo aqueles que as lêem, estão realmente feitas e são feitas com muito cuidado. Relativamente às actas da Assembleia, eu sinceramente ponho aqui algumas reservas, porque no fundo aquilo que nós dizemos aqui sem estar escrito, muitas vezes tem ali uma redacção que não é nada agradável. Era esta realmente a mensagem que eu queria deixar. Muito obrigado.



Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr. Deputado, a Mesa regista a recomendação e agradece. Como os Srs. Deputados sabem, tem havido algumas recomendações nesta matéria. A Mesa e o Secretariado têm feito o possível para as melhorar mas são sempre bem vindas quaisquer recomendações no sentido de melhorar o texto da acta.

Então vamos votar em separado e votávamos primeiro a acta da sessão extraordinária de 10 de Janeiro de 2008.

Acta da sessão extraordinária de 10/01/2008:

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta da sessão extraordinária de 10 de Janeiro de 2008.

Acta da sessão ordinária de 15/02/2008:

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....1

Votos a Favor.....57

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Acta da sessão ordinária de 15/02/2008.

2.º PONTO – PÚBLICO – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO.

Munícipe Sr. Carlos Fraga:

Bom dia Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Exm.º s Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais. As minhas saudações democráticas em vésperas de mais um aniversário do 25 de Abril e é por Abril que aqui estamos todos de pedra e cal. Abril, tempo de esperanças e de sonhos, mas também de algumas desilusões à mistura, porque não dizê-lo.

A minha primeira questão, não é uma questão propriamente, é uma observação positiva para o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Sr. Dr. José Lopes Silvano.

Tem a ver com uma questão que eu lhe coloquei na última Assembleia Municipal relacionada com as obras de entrada na aldeia de Cedainhos, o acesso principal da estrada, e a pavimentação da estrada. O Sr. Presidente disse-me que o processo tinha sido concluído e que a execução ia ser feita em breve.

De facto, o prometido é devido. As obras estão concluídas, óptimo, e só lhe queria dizer Sr. Presidente que a palavra “obrigado”, às vezes é pouco, mas também diz tudo, por isso da minha parte e em nome dos cidadãos daquela freguesia que também represento, o meu muito obrigado.

A segunda é uma questão para o Sr. Presidente da Câmara e para todos os Srs. Vereadores, quer os que fazem parte do Executivo, quer os que fazem parte da oposição, para todas as bancadas parlamentares aqui representadas e também para a Mesa desta Assembleia.

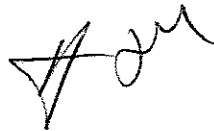
Em 19 de Dezembro de 2007 – falo na qualidade de cidadão obviamente – foi entregue uma moção de petição por escrito para conhecimento de todos, do Sr. Presidente, Vereadores, Mesa e todos os Srs. Deputados Municipais e já lá vão quatro meses.

A moção de petição aprovada num órgão também próprio e legal, não tem menos importância do que este porque é um órgão democrático. Aprovada por unanimidade essa moção, que se prende com obras necessárias de pavimentação de conclusão de execução da estrada nacional 315, nomeadamente cerca da aldeia de Cedões até ao nó do Mouco ou nó da IP2.

Eu pergunto. Algum dos Srs. Deputados Municipais aqui presentes, a começar pela CDU, pelo PS, pelo PSD e pelo CDS, leu? E o que disse ou o que é que deu em resposta? Algum dos Srs. Vereadores leu? E o que disse? E o que deu em resposta? Era isto que eu queria dizer e que queria aqui questionar, com toda esta liberdade que Abril nos concede, portanto não estamos a fazer democracia neste caso concreto.

Por último, Sr. Presidente da Câmara, queria-lhe dizer o seguinte:

É um assunto relacionado com a estátua de São Francisco, colocada ali há já alguns anos, junto à Rua de S. Francisco, naqueles acessos ao cemitério velho.



Como sabe, aquela estátua de S. Francisco é uma homenagem do povo de Mirandela. Esteve inicialmente colocada junto ao jardim da Praça do Mercado, depois, talvez por a rua ali ter o nome de Rua de S. Francisco, foi em determinada altura trazida desse jardim junto à praça onde está a estátua de homenagem às mães, para aquele local.

Mas ultimamente, para meu espanto e desencanto, constato que foram colocadas junto ao pedestal da referida estátua de S. Francisco de Assis, recipientes para recolha de lixo.

Ó meus Senhores, por amor de Deus, em defesa dos valores sacrossantos desta cidade, e os cidadãos têm-nos, não duvido disso, acho que devia haver melhor local do que serem colocados ali. S. Francisco de Assis, que tão bem soube falar com a natureza, com as plantas, com as flores, com os passarinhos, não merecia que lhe fosse dada a oferta dos tais recipientes para recolha de lixo.

Façam lá um monumento que nos faça lembrar a ecologia, mas por favor, retirem dali o São Francisco de Assis e coloquem-no num outro espaço bonito e colorido da nossa cidade, para continuar para as gerações vindouras a recordação dessa sua passagem dessa sua vida, desse seu contínuo diálogo com a natureza, isto até em respeito à própria ordem secular franciscana que existe em Mirandela.

Continuação de bons trabalhos a todos. Viva o 25 de Abril, viva a Democracia e viva Portugal.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia e restante Mesa, Exm.º Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores, a todos muito bom-dia.

Aproveito este espaço de intervenção aberto ao Público para agradecer aos colegas Presidentes de Junta e eu vou agradecer-lhe em meu nome pessoal porque eu também me juntei a esta causa.

Há uma aluna cabo-verdiana que estuda aqui em Mirandela na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela e que atravessa e atravessou alguns momentos difíceis por força de ter perdido a bolsa de estudos que lhe financiavam os estudos e por alguns desencontros com o Ministério da Educação cabo-verdiano e vocês sabem como é difícil o relacionamento com estes países e quando algumas coisas correm mal.

Por força disso e porque também mudou de curso, perdeu a bolsa de estudos e estava na eminência de abandonar os estudos.

Por se tratar de uma aluna excelente, de uma aluna dedicada e um caso que eu conheço bem, entendi juntar-me à causa e lançar um apelo aos colegas Presidentes de Junta, para colaborarem com um donativo que tivessem intenção fazê-lo. Houve vários que o fizeram. Outros assim não entenderam mas cada um saberá as suas razões.

Em meu nome pessoal, queria agradecer-lhes a amabilidade e a Anabela gostava também de o fazer pessoalmente e se o Sr. Presidente me autoriza, eu agora chamaria a Anabela, para depois da minha palavra poder agradecer ela pessoalmente.

Município Anabela Santos:

Chamo-me Anabela Santos.

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exm.º Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Exm.º s Srs. Presidentes da Junta, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, a todos muito bom-dia.

Sou uma estudante cabo-verdiana a estudar em Mirandela na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, no curso de Turismo.

Por alguns desencontros que não conseguiria explicar em tão pouco tempo, nomeadamente mudança de curso, perdi a bolsa de estudos que me financiava.

Frequento agora o 2.º Ano do Curso de Turismo, como já anteriormente referi, faltando-me apenas acabar este semestre, quase no fim e o próximo ano lectivo 2008/2009.

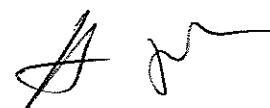
Só foi possível chegar até aqui graças a alguns colegas e professores que me ajudaram financeiramente e me incentivaram a não abandonar. A eles deixo os meus sinceros agradecimentos.

Também à Direcção da ESTGM, que me tem ajudado na medida do possível e às Juntas de Freguesias que me ajudaram com donativos no valor de 50,00 € (Avidagos, Carvalhais, S. Pedro Velho, Pereira, Suções, Cedães, Vale de Asnes, Vale de Gouvinhas) e Vila Boa, esta última com 20,00 €.

Em particular ao Sr. Presidente da Junta de Abreiro e à sua esposa, que contribuíram pessoalmente com 50,00 €, bem como ao Sr. Presidente de Suções, que para além de o ter feito institucionalmente, fê-lo também pessoalmente, no valor de 20,00 €.

De uma forma especial à Junta de Freguesia de Mirandela, pela generosidade que já havia tido por altura do Natal e agora fez o favor de me pagar a propina referente a este semestre, assim como outros contributos.

É verdade que não tenho ainda situação assegurada até ao final do curso mas já foi uma boa ajuda para pagar as rendas atrasadas e comprar alguma alimentação. Um dia de cada vez, Deus é grande.



Aos Srs. Presidentes da Junta que não puderam, por qualquer motivo particular, deixo também os meus agradecimentos.

A todos muito obrigado, nunca esquecerei o que fizeram por mim. Espero um dia poder retribuir.

Desejo a todos bom trabalho, bom dia e muito obrigada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também menina, naturalmente que a Assembleia saberá interpretar este momento e enquadrá-lo dentro da essência e do espírito regimental.

Mas naturalmente que a parte social da vereação do Executivo tomará isso em atenção.

Mais alguma inscrição dos Srs. Múncipes? Não há, então vamos abrir um período de antes da ordem do dia.

3.º PONTO – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Deputado Municipal, Dinis Humberto Veiga (PSD):

Sr. Presidente da Assembleia e respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores muito bom-dia.

Antes de começar a minha intervenção, quero dizer que fiquei bastante sensibilizado com o problema da Anabela e peço à Mesa para que a minha senha de presença lhe fosse depois destinada. Agradecia que tomassem nota e lhe dessem a minha senha de presença.

Eu tenho uma **Proposta de Louvor** que passo a ler:

No pretérito dia 19 de Abril o C.T.M. revalidou o título de campeão de Ténis de Mesa Feminino, tornando-se Tetra – Campeão.

Esta Associação tem prestigiado o nome do concelho de Mirandela e justificado plenamente o apoio recebido pela Câmara Municipal em termos monetários e em apoios logísticos.

Considerando que o C.T.M., além do alto nível de competição dos seus atletas que nos honra, tem feito um bom trabalho na formação dos jovens Mirandelenses não só no campo desportivo como também humano.

O Grupo Parlamentar do P.S.D. reunido em Assembleia Municipal de 24 de Abril de 2008, propõe um voto de louvor e congratulação aos seus atletas, formandos, formadores e dirigentes do C.T.M. assim como aos seus associados e patrocinadores.

Pelo Grupo Municipal do PSD, enviar à Direcção do CTM, Rádio Terra Quente e publicação nos jornais locais. Obrigado.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Bom dia.

Esta primeira intervenção é sobre o dia de amanhã.

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Amanhã comemoram-se 34 anos do dia 25 de Abril, Dia da Liberdade.

O 25 de Abril foi fruto do sonho e da luta dos portugueses contra o fascismo, contra a ditadura, contra a guerra colonial e pela paz. O 25 de Abril foi feito pelo povo e para o povo.

Todos os que prezam a democracia e a liberdade e se sentem social e politicamente inconformados com as injustiças, irão certamente comemorar esta data com festa mas também com sentido de luta, pugnando por uma sociedade mais justa, mais solidária e mais equitativa.

Porque estamos na véspera de mais um aniversário desta data gloriosa – do Povo Português e da nossa História – é oportuno ter presente que pairam significativos perigos no horizonte que podem por em causa a democracia e a liberdade, que tão duramente conquistamos.

As lutas que a CGTP e os sindicatos nela filiados têm travado por todo o País contra as políticas de direita do Governo/PS/José Sócrates, demonstram que os trabalhadores têm resistido a mais esta brutal ofensiva contra os seus interesses e direitos.

Luta pela:

- Revogação das normas gravosas do Código do Trabalho e das leis laborais da Administração Pública.
- Defesa da Contratação colectiva
- Aumento dos Salários
- Investimento e dinamização do aparelho produtivo
- Trabalho com direitos
- Luta contra a pobreza e a exclusão social
- Promoção da igualdade no trabalho
- Investimento na Escola Pública de qualidade
- Defesa do Serviço Nacional de Saúde



Estas são algumas de muitas outras exigências para que Abril se cumpra por inteiro.

O ataque que o Governo / PS tem feito ao Serviço Nacional de Saúde é bem visível também no nosso distrito e, em particular, no nosso concelho.

O Governo encerrou a maternidade de Mirandela e procura desvalorizar o próprio Hospital de Mirandela. Daí que seja natural verificar que os grupos económicos não demoraram tempo a aparecer. Eles aí estão a prometer este mundo e o outro mas como é sabido sempre "mendingando" os favores do Estado.

A estratégia do Governo tem sido de desacreditação do Serviço Nacional de Saúde, suportada na desresponsabilização crescente do Estado e na abertura ao sector privado.

É justo recordar aqui, hoje, as importantes manifestações (a Vigília e a Marcha Lenta) que os Mirandenses realizaram em defesa do Serviço Nacional de Saúde.

Não tenhamos qualquer dúvida, não fossem estas importantes jornadas e já nem sequer tínhamos a Urgência Cirúrgica no nosso Hospital.

Por outro lado, a saúde está cada vez mais cara.

Hoje os Portugueses pagam do seu bolso, para além de que já pagam nos seus impostos cerca de 30% do total das despesas com a saúde. Portugal é um dos países da OCDE onde a comparticipação do Estado na despesa total da saúde é mais baixa.

Entretanto, a qualidade dos serviços vai-se degradando, como é bem visível para quem tem de recorrer aos serviços, designadamente de urgência.

Para nós, os serviços de saúde de proximidade são condição essencial para garantir o acesso dos portugueses a uma saúde de qualidade. Por isso mesmo, não estamos de acordo com o encerramento dos serviços de saúde no concelho e no distrito.

Os Mirandenses exigem mais e melhor saúde e se preciso for voltaremos a sair à rua!

Por último, quero em nome do PCP e da CDU saudar os Capitães de Abril e desejar que todas as comemorações que amanhã se realizarão não deixem esquecer os valores de Abril.

Como também se aproxima o 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, aproveito para saudar a CGTP, a União dos Sindicatos de Bragança e os trabalhadores do distrito e desejar igualmente que façam deste dia um dia de luta em defesa dos direitos de quem trabalha.

Que Viva Abril!

Uma vez que foi dito pelo Município Sr. Fraga se a CDU tinha recebido não sei o quê ... nem tenho que receber da Assembleia Municipal.

Eu tenho a impressão é que o «Período Aberto ao Público» está a ser um bocado desvirtuado. Primeiro, quem tem que responder ao público é a Mesa ou o Presidente da Câmara.

Se o Sr. Município queria fazer entrega de alguma coisa, entregava-nos a nós pessoalmente. Não sei de nada, não sei o que se passa nem tenho que receber, quer da Mesa ou de onde quer que seja.

Portanto quando o Sr. Município quiser fazer entrega de alguma coisa, para que eu saiba, entregue-me a mim, ou aqui ou noutra lado, eu receberei sempre.

Às vezes, as intervenções ao público da forma como diz o regimento, não estão a ser cumpridas. Muito obrigado.

Deputado Municipal Eduardo Almeida (CDS/PP):

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores.

Em primeiro lugar queria dizer que também eu e o Grupo Parlamentar do CDS/PP, tínhamos aqui uma proposta de louvor ao CTM, que retiramos e que assinamos justamente este louvor ao CTM, pena é que estas vitórias não tenham sido assistidas por mais Mirandenses. Eu gostava de ver aquele pavilhão repleto de gente, porque o acto e as conquistas que o CTM tem feito, eram merecedores de um pavilhão cheio de gente

Passo ao segundo assunto que traz aqui.

Uma vez mais venho a esta Assembleia Municipal falar sobre um assunto que muito tem preocupado os Mirandenses. E pelas palavras que o anterior colega (deixe-me chamar-lhe assim) disse em relação à saúde, é evidente que estamos todos, Mirandenses, preocupados.

Falo-vos, naturalmente, de saúde; ou da falta dela porque cada dia que passa avolumam-se as preocupações, a insegurança na prestação de cuidados de saúde hospitalares e na incerteza do que hoje temos e que amanhã, quando nos levantarmos, não saberemos qual o serviço ou serviços que deixaram de ser prestados no nosso Hospital.

Sabemos o mal que fizeram às Mães de Mirandela quando nos tiraram a maternidade. Com ela, também se perdeu a ginecologia e a obstetria e, naturalmente, acabarão, com toda a certeza, em Mirandela as intervenções cirúrgicas em ginecologia. Para exemplo, apenas o Dr. Strecht Monteiro, embora esteja aposentado é o único especialista contratado deste hospital.



Hoje, a avaliar pelo número de partos, a maternidade de Bragança também terá os dias contados. Senão vejamos.

Teve:

Anos	Número de Partos Maternidade de Mirandela	Número de Partos Maternidade de Bragança
2005	438	376
2006	312 (Até Agosto)	405
2007		576

Razão porque eu defendia e defendo que deviam ser mantidas as duas maternidades, servindo assim o Norte e o Sul do Distrito. Falta saber se amanhã, não irão contabilizar os nascimentos das Mães de Mirandela como sendo feitos em Bragança, mesmo que tenham optado por Vila Real, a exemplo do que estão a fazer com outras especialidades, segundo me constou, e que me corrijam se a informação recebida não está correcta.

Portanto, devemos continuar a manter a pretensão de sempre e que agora parece ter morrido, como nada mais houvesse para fazer, conformados, baixando os braços, o que não é nada normal dos Transmontanos. Ao contrário devemos continuar a dizer ao Ministério da Saúde que a MATERNIDADE deve voltar para o lugar de onde nunca devia ter saído.

Mas, a minha intervenção, não se esgota com o problema da Maternidade e as especialidades referidas. Quero fazer aqui um alerta, que pela sua gravidade, merecem uma reflexão e uma tomada de posição firme por parte da Autarquia e desta Assembleia.

A especialidade de Otorrino está mediada em Macedo de Cavaleiros o que equivale a dizer que só aí é que são feitas as intervenções cirúrgicas dessa especialidade e, logicamente os internamentos, embora se desloquem para aquele, os especialistas de Mirandela.

Há Médicos de Mirandela que vão prestar serviço a Bragança. São os casos de Ginecologia. Cardiologia e penso que Neurologia. Se chamam a isto rentabilização de recursos humanos, porque razão não vêm a Mirandela dar consultas outras especialidades existentes nos outros Hospitais, como por exemplo a Pneumologia e Ortopedia? Porque razões têm que ser os utentes de Mirandela a deslocarem-se a Macedo de Cavaleiros e a Bragança?

Por outro lado, é notória a desmotivação dos profissionais do Hospital de Mirandela, até pela debandada que se avizinha por parte de alguns médicos especialistas.

O serviço de Urologia também vai sair do nosso Hospital. E sabem para onde vai? Para Bragança, claro. Existe um Urologista em cada Hospital. Porque é que não vem o médico de Bragança para Mirandela e tem que ser o contrário?

Isto parece que voltamos à guerra do futebol de antigamente, guerra de Bragança / Mirandela

Sabendo-se o prestígio que teve outrora o Hospital de Mirandela com a equipa de médicos de excelência, e sabendo-se como souberam os Médicos, Enfermeiros, Técnicos, Administrativos e Auxiliares, perpetuar esta imagem até à sua certificação de qualidade, modificando, corrigindo, experimentando, seguindo critérios exigidos para tal, como é possível que a Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, coloque tudo isto de parte, não incentivando, não valorizando, não procurando oferecer mais e melhores serviços? Ao invés, prefere não ligar ao que está a ser bem feito, com regras, obedecendo a normas, vai aos poucos destruindo a prestação de serviços que tínhamos com o esvaziamento de várias especialidades.

Esta Administração, com sede em Bragança, tem o privilégio de ter aqui um Hospital Certificado pelo que apenas tinha um caminho a seguir; reforçar os serviços existentes e aproveitar o que foi certificado para servir de exemplo a outros e, em conjunto, melhorar todo o serviço prestado aos seus utentes, quer seja em Mirandela, Macedo de Cavaleiros ou em Bragança.

Será que esta Administração do Centro Hospitalar do Nordeste não tem conhecimento que o Hospital de Mirandela foi até pioneiro na prestação de alguns serviços? Eu passo a citar alguns. Por exemplo:

Imagem Digital de Radiologia (2003);

Sistema Alert e Triagem de Manchester (2004);

Sistema anti-rapto de crianças (2004).

Por tudo isto, penso que vale a pena pensar o que pretendemos, no futuro, para Mirandela no campo da saúde; analisar o que tínhamos e o que perdemos e, sobretudo, agir, para bem da saúde e da qualidade de vida dos Mirandelenses.

E passo à terceira questão:

Na última Assembleia Municipal, o Grupo do CDS/PP, fez uma intervenção relativamente ao encerramento do GAT da Terra Quente Transmontana.

Em primeiro lugar, propôs a aprovação de um voto de reconhecimento público àquele serviço, nomeadamente aos seus funcionários.



Em segundo lugar, disponibilizou-se para “apoiar qualquer decisão que vise a manutenção deste organismo em Mirandela e dos seus funcionários”.

Acrescentamos nessa proposta e passo a citar “sabemos também, que o Sr. Presidente deseja uma posição concertada e conjunta, da Câmara Municipal, na manutenção deste serviço público. Concordamos com esse objectivo”.

Por último, propusemos que a Câmara Municipal desenvolvesse uma proposta, devidamente apoiada e participada pelas restantes Autarquias da Terra Quente Transmontana, com o objectivo de propor à CCDRN que na verdade tem a responsabilidade directa sobre o funcionamento do GAT, uma solução alternativa, visando, a manutenção do GAT nesta região.

Como tal, gostaríamos de saber as diligências que a Câmara Municipal realizou após a proposta por nós apresentada e qual a solução encontrada com os outros municípios da Terra Quente Transmontana. Muito obrigado.

Deputado Municipal Jorge Costa (PS):

Bom dia Sr. Presidente, restantes elementos da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, Deputadas, Deputados, Público presente, Comunicação Social.

Antes de mais e na qualidade de dirigente do CTM, naturalmente que não poderia ficar insensível à proposta de aprovação de um voto de louvor feita pelo PSD e às palavras elogiosas do PP. E de algum modo, abusivamente, em nome da Direcção, agradecer os afectos que nos transmitem, aqueles afectos que nos dão força para continuar a engrandecer o CTM e naturalmente associado à cidade. Portanto, obrigado a todos.

Uma outra questão e esta agora que era a que me suscitou vir aqui, aliás, 2, 3 questões e muito breves.

Uma tem a ver com o Hospital. Era para perguntar ao Sr. Presidente se a estrutura accionista que foi aprovada aqui em Assembleia Municipal se mantém ou se já sofreu alterações.

Ao que julgamos saber terá sofrido já grandes alterações e portanto queríamos ouvir do Sr. Presidente qual o ponto da situação. Parece que a estrutura accionista mudou radicalmente, não se sabendo se os propósitos continuam os mesmos, se vai ter ou não a valência de maternidade, etc.

Portanto penso que se impõe aqui algum esclarecimento.

Uma outra questão tem a ver com a Rua da República. Desde já, queria elogiar o Sr. Presidente porque cumpriu. Disse que Sexta-Feira Santa abriria ao público parte da rua, o que aconteceu. Penso que a obra está bonita, embora inacabada, e julgamos que os sacrifícios que os Mirandenses estão a ter vão valer a pena, embora haja desvios e sejam impedidos de circular por ali. Com certeza que mais tarde nos vão orgulhar.

Mas a este propósito eu penso que também deveria ter havido algum cuidado na medida em que as obras vão ser demoradas. Continua a não haver muita gente que se questiona – informação sobre a intervenção que se está ali a fazer e, por outro lado, penso que também não terá havido algum cuidado na sinalização, especialmente para aqueles que vêm de fora, que andam completamente à nora e têm dificuldades para circular, ou sair da cidade ou ir para determinados locais.

Penso que aqui não houve grande preocupação e tendo em conta que as obras ainda vão demorar alguns meses, valeria a pena este esforço e fazer esta intervenção duma sinalização mais adequada

Uma outra questão também já foi aqui levantada por um Deputado do PSD que tinha a ver com a ausência de iluminação na Ponte Açude. A situação mantém-se, eu que moro daquele lado, muitas pessoas se me têm dirigido, “o Sr. como está na Assembleia, veja lá, isto está uma vergonha, até temos medo de passar ali.”

Para quando a resolução daquele problema e a colocação de luz? Obrigado.

Deputado Municipal Aníbal Saldanha (PSD):

Muito bom dia a todos.

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia e Senhores Secretários, Exm.º Sr. Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Exm.ª s Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores

Como não tive ainda oportunidade de o fazer, gostaria de iniciar esta minha intervenção cumprimentando o novo vereador da Câmara, Jorge Lopes. Faço-o, como membro da Assembleia, mas faço-o também pela satisfação especial por ver um natural de Vale de Gouvinhas na vereação da Câmara. Permitam-me esta pequena homenagem a uma terra que por ter nascido nela enche-me de satisfação redobrada, pois é mais um valor saído de uma terra que, sempre apostou na educação, prova disso são os seus 170 licenciados.

Lamento, no entanto, que o Dr. Jorge Lopes não faça parte da equipa vencedora como é a do PSD mas o bom conhecimento que tem do concelho irá com toda a certeza contribuir para o debate de ideias colaborando com a maioria representativa da Câmara.

Este é, aliás, o propósito que a todos deve nortear honrando uma missão para a qual fomos sufragados nas últimas eleições tendo como objectivo a resolução dos problemas do nosso concelho. Este é o apelo que



eu gostaria de fazer a todos os senhores deputados porque, pese embora as nossas próprias ideias, e a democracia deu-nos essa faculdade, muitas vezes a resolução dos nossos problemas é dificultada por discussões meramente acessórias onde se perde tempo de mais em relação aos objectivos traçados contribuindo muitas vezes para adiar linhas de desenvolvimento do nosso concelho.

O crescimento de Mirandela nos últimos anos é uma verdade incontornável que não pode ser desmentida, afirmando-se como um lugar apaixonante para se viver. Mas também é óbvio que muito mais poderia já ter crescido se não fosse a falta de visão estratégica para a região exercida pelo poder central, que sempre a penalizou, e continua ainda hoje a ser penalizada pelo actual Governo. Poderia enumerar vários acontecimentos infelizes de um passado recente principalmente na área da saúde.

Podia ainda enumerar o desacerto de tanta coisa como por exemplo o do Simplex a nível das conservatórias do país em particular em Mirandela pois a confusão que ali se instalou é de tal forma que o desespero já chegou aos seus funcionários e também ao público.

Mas como se isso não bastasse, eis que mais um rude golpe está, ao que parece, para acontecer. Se tal vier a verificar-se, não tenhamos dúvidas, irá prejudicar muito as populações do nosso concelho como também as de outros concelhos limítrofes. Estou a referir-me como devem calcular ao possível encerramento da linha do Tua. (Mais um!)

Se por um lado o Sr. Presidente da Câmara de Mirandela tem defendido até à exaustão a manutenção da linha, e isto é de toda a justiça dizê-lo, a verdade é que a actuação de alguns nossos vizinhos senhores Presidentes de Câmara têm deixado muito a desejar pactuando com as políticas do Governo que está a sangrar de injustiças toda uma região. Quero por isso, Sr. Presidente da Câmara, Dr. José Silvano, louvar a sua postura neste processo e caso não consiga ter o êxito desejado, somos testemunhas de que tudo fez para defender o pensar das populações honrando a memória de um tempo e de um povo. Digo-o não só por uma questão sentimental mas digo-o principalmente por uma questão económica e de visão estratégica para o futuro do nosso concelho.

Que benefício irá trazer uma barragem que vai alterar o ecossistema e prejudicar as populações, fechando desta forma mais uma porta do desenvolvimento do nosso concelho? Sou a favor das novas tecnologias desde que elas tragam benefícios às populações. Não me parece que a solução energética nem o desenvolvimento turístico passem pela construção desta barragem.

Tenho chamado a atenção para a necessidade de debater a região de forma a discutir os projectos estratégicos e onde o problema do comboio do Tua poderia perfeitamente enquadrar-se. Mas a verdade é que esse debate está a demorar tempo demais. A nossa mensagem tem que passar para lá do nosso próprio espaço, precisamos de nos afirmar e mobilizar de forma a dar a conhecer ao País as nossas potencialidades e necessidades senão o futuro poderá tornar-se cada vez mais difícil para todos nós.

Como se calcula, sou a favor da manutenção da linha do Tua, a história de gerações fala por si, defendo inclusive o prolongamento da linha até Bragança e mesmo até Espanha como aliás tenho defendido também a nível da rede viária, como já tive oportunidade de o afirmar noutras assembleias.

Como é possível que o Governo queira encerrar uma linha das mais belas e atractivas do mundo. Os senhores deputados já repararam que os investimentos no plano ferroviário continuam a não passar pela nossa região? Apesar de ser contra a construção da barragem, poderia em última análise estar de acordo com a sua construção desde que ela fosse construída a uma cota baixa de forma a manter também a linha. Desta forma poderia haver desenvolvimento turístico, mas a minha opinião é que na nossa região existem outros locais para se construir barragens e este não é de todo o local indicado. Será que alguém ainda defende as políticas deste governo mediante a sua actuação desastrosa?

Pretende-se, e isso sim, que a REFER faça uma profunda intervenção na linha, de forma a abrir as portas do desenvolvimento do nosso e de outros concelhos porque a nossa cultura, os rios, a paisagem, a gastronomia, os produtos e o turismo, mas principalmente as pessoas precisam desse desenvolvimento para combater a desertificação. Este investimento só vai beneficiar a EDP.

É pois nossa obrigação lutar pelo melhor para a nossa terra e o melhor para mim é a manutenção da linha e seu consequente melhoramento.

Por último, gostaria de sublinhar a importância do 25 de Abril de 1974 recordando uma data que eu próprio tive oportunidade de viver em Lisboa.

Pode-se estar ou não de acordo com ele mas não nos devemos esquecer que até a essa data, Portugal era um País fechado onde o desenvolvimento era nulo, não existia Democracia nem Liberdade, as mulheres principalmente não contavam para a sociedade, éramos obrigados a imigrar e transpor de noite as fronteiras proibidas e onde o sofrimento de famílias inteiras era feito em segredo e no silêncio do medo que só terminou com o 25 de Abril de 1974.

É bom que nos lembremos disso. Apesar de alguns erros e de não termos conseguido a plenitude das conquistas, devemos afirmar que o 25 de Abril de 1974 foi bom para Portugal.

Por último, e aproveitando esta data célebre gostaria de deixar aqui uma palavra de apreço em relação ao excelente papel que a mesa de assembleia tem vindo a desempenhar na condução dos trabalhos da assembleia sendo esse apreço extensivo também a todos os senhores deputados que têm sabido dignificá-la.



Muitas vezes as palavras são actos e não apenas palavras, as aqui descritas têm por objectivo, sobretudo ir ao fundo da raiz das nossas consciências.

Esta foi uma intervenção política onde quis reafirmar a ausência de aplicação de políticas de investimento pelo actual Governo para com a nossa região e em particular para com o nosso concelho.

Viva o concelho de Mirandela vivam as suas gentes a bem da manutenção da linha do Tua. Muito obrigado

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Bom dia a todos.

Exm.º Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Deputados Municipais, Público em geral e Comunicação Social, onde quer que ela esteja.

Hoje vou apresentar uma moção relativa ao XI Congresso Nacional da Anafre.

Tal como fiz noutras ocasiões, quero partilhar convosco a minha experiência como Delegado Regional da ANAFRE de Bragança. Estive nos dias 27 e 28 de Março no XI Congresso Nacional da ANAFRE que decorreu no Funchal, onde estiveram cerca de 1.500 delegados e participantes, representantes das juntas e das assembleias de freguesia, afirmando-se como o maior dos congressos não electivos do poder local alguma vez realizados em Portugal.

Na sessão de abertura e de encerramento estiveram presentes o Presidente da Assembleia da República que teceu rasgados elogios ao Presidente do Governo Regional da Madeira pelo progresso alcançado na Madeira, este que também marcou presença, o Ministro da Presidência, o Presidente da Assembleia Regional da Madeira, o Secretário Adjunto e da Administração Local, o Presidente da Câmara Municipal do Funchal, entre outros.

Esse congresso teve como pano de fundo o documento «Reflexão e Debate» e como lema «Freguesias – Lugar de Democracia» e chegou às seguintes conclusões:

A Freguesia é, por excelência, o **LUGAR DE DEMOCRACIA**, a quem ainda é devido tributo e reconhecimento pelo trabalho relevante que presta nos diversos domínios da vida das Comunidades Locais;

A FREGUESIA é, por excelência, o **GOVERNO DE PROXIMIDADE**, aquele que melhor interpreta e traduz em resposta as questões do quotidiano das populações;

A FREGUESIA é bastião da defesa dos interesses das populações, causa primeira da sua acção, por mais complexa que se apresente;

A FREGUESIA é base e sustentação do edifício administrativo português, estrutura de poder mas essencialmente de serviço público;

O Congresso proclamou os seguintes **OBJECTIVOS** e **PRIORIDADES**:

Promover a clarificação das atribuições e a descentralização de competências próprias e universais das Freguesias;

Desenvolver acções que conduzam ao reforço efectivo das atribuições e transferência de competências dos Municípios para as Freguesias, sustentando que as competências, hoje delegadas, se convertam em próprias das Freguesias;

Garantir a justa repartição de recursos públicos, assegurando o digno funcionamento das pequenas Freguesias;

Possibilitar que as Freguesias, consoante a sua estrutura económica e financeira, possam aceder ao crédito de médio e longo prazo, em condições semelhantes aos Municípios;

Gostava de dar o devido relevo a uma moção aprovada e votada favoravelmente em que se reclamou:

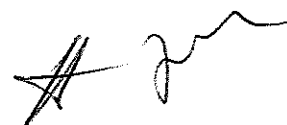
- A participação de 3,5% nas receitas do Estado para as Freguesias contra os actuais 2,5% que não chega sequer a 0,2% do Orçamento de Estado;
- A fixação de um montante de 30 mil euros como valor mínimo de financiamento para cada freguesia, a assegurar pelo Orçamento de Estado;
- A restituição do IVA suportado pelas Freguesias, à semelhança do regime actual para IPSS e Comunidades Religiosas;
- O acesso a fundos comunitários através de programas específicos para as Freguesias.

Foram apresentadas 17 moções para ser votadas e tomaram a palavra 56 congressistas em intervenções com grande qualidade e substância. Por isso, pode dizer-se com propriedade que este Congresso foi um momento único de afirmação do poder, da capacidade e da dignidade das Freguesias.

Vivam as FREGUESIAS! Viva o PODER LOCAL!

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Srs. Secretários, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores e Sr.ª s. Vereadoras, órgãos da informação aqui presentes, público presente.



A propósito dos 495 anos de Frechas.

Frequentemente somos convidados pelas Juntas de Freguesia através da Câmara, para estarmos presentes em determinados eventos culturais, recreativos, de inaugurações de obras e até a semana da couve-galega de Carvalhais.

Só nos resta felicitar os autores desses eventos, porque são reveladores dos investimentos pequenos ou grandes, que vão tendo lugar nas freguesias. Nem sempre posso estar presente pela violência da deslocação, o que lamento.

Todavia, sempre que posso estar presente, faço-o com muito agrado, como foi a participação na comemoração dos 495 anos do Foral de Frechas, tendo-me feito acompanhar pela minha esposa.

Acontece, porém, que fiquei deveras chocado com o que se passou com as comemorações dos 495 anos do Foral de Frechas.

Na verdade é ridículo que o Sr. Presidente da Câmara tenha prestado – ao que parece – tão pouca importância ao evento e às pessoas que participam no mesmo.

Estive lá e dá-me ideia que o Sr. Presidente da Câmara, nestes eventos passa ao lado dos membros da oposição, que não lhe merecem qualquer atenção.

Tal como tem a gentileza de convidar para outros eventos que se vão seguir nestes dias, na verdade no caso de Frechas, não terá tido uma postura que eu considere muito correcta.

Eu sobre isto queria dizer o seguinte:

Nos anos 80, quando chefiava o grupo da AD em Vila Franca de Xira e que era então presidida pelo dinossauro chamado Daniel Branco, tinha sempre a elegância de convidar os membros da oposição para estes eventos.

Em Mirandela há outra visão destas coisas e o caso de Frechas é bastante demonstrativo.

Na sua “cartilha”, o Sr. Presidente da Câmara, inseriu na página 31 uma pequena nota, mas apenas com uma foto com quatro protagonistas: O Sr. Bispo da Diocese, a Sr.ª Dr.ª Cândida e do Sr. Cónego Valentim.

A cartilha não comportava uma foto com mais intervenientes. Nem uma palavra de apreço ao Sr. Presidente da Junta e aos membros da Comissão, que tiveram um trabalho que me apraz aqui registar.

De modo que deixo também uma palavra de muito apreço para um dos membros que participou e que é filha adoptiva de Frechas e que é a ilustre Vereadora Dr.ª Graça Calejo Pires.

Deixo ao Sr. Presidente da Câmara esta lembrança, para que de futuro tenha o cuidado, nestes eventos, sobretudo como o de Frechas, dar-lhe outra dimensão.

Seguidamente vou passar a uma outra intervenção, que é a seguinte:

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, tem sido um dos presidentes que tem trazido a esta Assembleia vários assuntos sobre a sua freguesia, o que revela o seu empenhamento, cuidado e preocupações no desenvolvimento da sua terra.

Já nos habituou a ouvi-lo com atenção e a registar com agrado as suas intervenções. Todavia a sua intervenção na última sessão desta Assembleia, deixou uma marca que registámos com apreço e admiração.

Como é do conhecimento geral, o Sr. Dr. Hernâni, ex-Vereador do CDS/PP, renunciou ao cargo e foi substituído pelo Sr. Dr. Jorge Lopes, natural de Vale de Gouvinhas.

São do Sr. Presidente de Junta de Vale de Gouvinhas as afirmações, com a devida vénia, transcrevemos da acta da última sessão da Assembleia.

“Sr. Vereador, a título pessoal quero dar-lhe dois ou três conselhos e o Sr. tomá-los-á, se achar por bem.

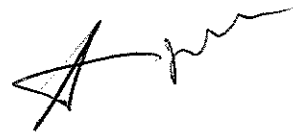
Por vezes a disciplina partidária não nos deixa grande margem de manobra, mas tente ser original e deixe o seu cunho pessoal na sua vereação, porque sei que o bom senso faz parte da sua conduta.

Por força da formação que tem, sei que é muito sensível aos problemas económicos e ao desenvolvimento regional e outro tipo de questões relacionadas com a economia e porque também sei que é agricultor de fim de semana, assim como eu, pega muitas vezes no tractor para lavar as suas oliveiras e as outras coisas, que fosse um acérrimo defensor nesta Câmara Municipal, do mundo rural, dos caminhos agrícolas, do desenvolvimento rural. Era este o meu pedido pessoal que gostaria de lhe aqui deixar. Gostava de ver a sua posição vincada neste capítulo.

Por fim, dizer-lhe, como Presidente da Junta, que é um orgulho tê-lo como vereador e lhe desejo os melhores desempenhos na sua actividade.”

A reforçar esta posição tivemos hoje aqui uma intervenção muito bonita, que eu achei realmente importante e destacar do Dr. Vasco, relativamente aos votos que deixou ao Sr. Vereador.

Dúvidas não restam que as palavras antes proferidas são a prova bastante que o Sr. Professor Rui Sá é uma pessoa que revela uma formação política educacional que deveria ser seguida por muitos outros políticos, designadamente o Sr. Vereador da maioria Lopes Maçaira e, ao contrário do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aguieiras, que entra mudo e sai calado nas sessões da Assembleia, nunca aqui veio fazer qualquer intervenção.



De igual jeito não conhecemos ao Sr. Vereador Lopes Maçaira qualquer intervenção na Câmara no sentido de abrir qualquer assunto relacionado com as necessidades da Freguesia, incluindo o cumprimento de promessas eleitorais.

Todavia e a propósito da minha intervenção na última sessão desta Assembleia, no final da mesma, o dito Sr. Vereador acompanhado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Agueiras, dirigiram-se à minha pessoa de forma agressiva, provocatória e imprópria de uma pessoa que deveria primar pela elegância e fineza de trato. Trata-se de um comportamento inaceitável de um Sr. Vereador da maioria, que não tem ao que parece princípios civilizacionais, como não sabe viver com as diferenças políticas e é incapaz de se libertar deste tipo de política baixa levando-nos a concluir realmente coisas que não queria aqui referir.

Acontece porém que o Sr. Vereador Lopes Maçaira esqueceu-se que quando nasceu já eu tinha desempenhado o lugar de Presidente da Câmara, que sou advogado há dezenas de anos com escritório na grande Lisboa, que não aceitamos o convite para encabeçarmos as listas do CDS à Câmara de Mirandela ou à Assembleia Municipal na expectativa de qualquer benesse ou lugar político, como infelizmente temos assistido neste concelho com muitas figuras e que Stefan Zweig retratou na sua obra Joseph Fouché.

Patrocino algumas instituições de carácter cultural e religioso e sou um dos fundadores da Universidade Setubalense da 3.ª idade. Já fiz o meu percurso político, que não fui prior na minha freguesia, porque o orgulho e às vezes a inveja toldam a mente das pessoas. Cheguei a uma fase da vida que tal como nunca me servi da política para daí tirar benefícios pessoais, também não aceito que uma qualquer pessoa que chegou agora à política sem passado, além de não ter a elegância de aceitar a crítica, dá mostras de uma arrogância e falta de educação, que envergonha a figura de um homem simples, que foi o Sr. seu pai e que me habituei sempre a respeitar.

Sr. Vereador Lopes Maçaira, convido-o a respeitar as posições políticas da oposição, mas com elevação. É que não aceito provocações ou faltas de educação e respeito de alguns senhores que se agrupam e se aninham na Universidade da Soutilha. Muito obrigado.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Muito bom-dia a todos e a todas.

Eu queria, antes de mais, perguntar à Mesa se tem havido um acompanhamento das recomendações que têm sido apresentadas, nomeadamente na última sessão a 15 de Fevereiro. Houve três recomendações e gostaria de saber se de facto têm dado seguimento porque a questão é a seguinte: se a figura de recomendação não leva a nada (com isto não estou a dizer que a mesa não tenha dado seguimento), e da Câmara não haja resposta, então resta-me se calhar passar a uma figura de moção ou de uma proposta de resolução para que seja votada e pronto, eu assim fico a saber que ela é chumbada aqui e já nem estou com esperanças de mais. Esse é só um pedido de esclarecimento.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Deputado, permita-me que o interrompa para lhe dizer o seguinte:

Já estava naturalmente presente nesta Câmara quando um Sr. Deputado fez também uma recomendação que a Mesa registou e a Mesa através da minha pessoa e da minha palavra disse o seguinte: que todas as recomendações são bem-vindas, ou mais concretamente, têm sido sempre bem-vindas no sentido de melhorarmos o nosso procedimento e o nosso funcionamento. Julgo que é um trabalho e um dever de todos.


O que eu pedia em concreto é que o Sr. Deputado dissesse objectivamente qual foi a recomendação, não estou a antever qual terá sido, porque o que lhe queria garantir ao Sr. Deputado e todos os Srs. Deputados é que a Mesa acolhe e procura tratar e funcionalizar. Algumas não serão possíveis e com certeza que daqui a dois anos, ou daqui a seis se cá estivermos continua a haver gralhas e naturalmente incorrecções textuais que nos passam, mas que fazemos um esforço notável para melhorar, isso sim e agradecemos todas as recomendações.

Se quiser fazer o favor, eu não registei qual era, objectivamente.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

As recomendações não têm a ver com o funcionamento da Assembleia Municipal, Objectivamente, houve uma recomendação para que fossem tomadas medidas necessárias para que os conteúdos da Agenda da Câmara Municipal permitissem e espelhassem a pluralidade de opiniões, na qual assenta a representatividade dos órgãos eleitos da nossa Autarquia, essa foi uma delas.

A segunda foi a questão do Relatório da Oposição, ao abrigo do art.º 10 da Lei 24/98, "a obrigatoriedade dos órgãos executivos das autarquias locais elaborarem até ao final de Março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação de grau de observância de respeito pelos direitos e garantias do estatuto de direito da oposição."



E a terceira foi a questão de introduzir, “essa sim diz respeito, um pouco aqui à prática da Assembleia” uma prática de reporte e discussão dos relatórios das associações e pertenças institucionais da Câmara Municipal.”

Foram estas três recomendações.

Presidente da Assembleia Municipal:

Eu posso garantir-lhe que a Mesa tem procurado dar continuidade e dar solução a isso.

Às vezes temos dificuldades, como acontece sempre na condição de qualquer Assembleia, mas temos aqui alguns documentos que procurávamos introduzi-los, por exemplo, nos Outros Assuntos de Interesse para o Município porque são recomendações de interesse público e que serão submetidos à Assembleia Municipal.

Mas o que nós gostávamos também é que fosse reconhecido o nosso esforço. E são sempre bem-vindos esses pedidos e essa ajuda, que entendemos não como recomendação mas como pedido de ajuda. Tenha a bondade de continuar.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Mas está fora de questão o vosso papel neste processo, aliás, nem foi esse o sentido da minha intervenção.

Farei então uma intervenção política relativamente a duas celebrações:

Ontem, 23 de Abril de 2008, celebrámos o Tratado de Lisboa e amanhã celebraremos o 25 de Abril. Ambos os eventos são de enorme valor para Portugal.

Se o 25 de Abril desencadeou um processo revolucionário que levaria à democratização do nosso País, democratização essa que só se consolidou graças à entrada de Portugal na CEE em 1986, o Tratado de Lisboa, por sua vez, é o resultado de um compromisso entre os vários governos europeus, de assegurar a governabilidade da União a 27 e de dar uma resposta de um modo pragmático, aos desafios que se lhe colocam.

Começemos pela celebração de amanhã, porque antecede 34 anos à assinatura do Tratado de Lisboa.

O 25 de Abril de 1974 é um marco histórico importante para Portugal, para a Europa e para o mundo. A Revolução dos Cravos, como veio a ser historicamente apelidada, não só representa o fim de quase meio século de ditadura e o início do processo de democratização em Portugal, como também o prelúdio da terceira vaga de democratização na Europa e no mundo, com impacto imediato na nossa vizinha Espanha, na Grécia e alguns países da América Latina, como por exemplo a Argentina e o Brasil.

Com o 25 de Abril ressurgem os actores instituições democráticas, os partidos, o parlamento, as eleições livres e justas e salvaguardam-se constitucionalmente os valores e direitos fundamentais, sobre os quais se edifica uma democracia consolidada, *“as liberdades, a igualdade, a dignidade, a solidariedade, a justiça e a cidadania.”*

Aos três efes da ditadura “fado, futebol e Fátima”, a Revolução respondeu com o programa dos três dês *“democracia, descolonização e desenvolvimento.”*

À violência da guerra colonial e à repressão do regime, a revolução silenciou as armas com cravos e saiu à rua para festejar a liberdade e sobretudo a possibilidade de determinar o seu próprio destino, com erros e insucessos, claro, mas também com desenvolvimento, paz e modernidade.

É claro que passados 30 anos da nossa democracia, o tempo de uma geração, é legítimo ponderar sobre a concretização do documento fundador do estado democrático, o programa dos três dês. Objectivamente o programa está implementado. Qualitativamente há ainda muito que fazer.

Hoje, mais do que uma revolução, Portugal precisa de uma evolução e não entendamos a evolução como uma negação da revolução que restituiu a democracia a Portugal. A evolução que aqui invocamos é uma refundação das conquistas de Abril, isto é das liberdades de expressão, de mobilização, de associação, a solidariedade e coesão social, a cidadania democrática, mas uma refundação das conquistas de Abril com as novas exigências que resultam da actual conjuntura mundial como a globalização, a mobilidade transnacional, a diversidade cultural, a tecnologia, o ambiente.

Os três dês que caracterizaram o processo revolucionário de Abril, refundem-se numa evolução caracterizada por três és maiúsculos “Europa, Educação e Ética”

O D do imperativo de descolonização, transformou-se num E de Europa. Hoje não pensar Europa é não pensar futuro.

A nossa economia está integrada na Europa, basta referir que o grosso das nossas transacções comerciais é feito com parceiros europeus e que o nosso principal parceiro é a nossa vizinha Espanha, quem diria, ao longo de tantos anos “maus ventos e maus casamentos,” mas é esse o nosso parceiro comercial.

O funcionamento das nossas instituições rege-se por leis e standards europeus. A nossa sociedade, não obstante tenha conservado o seu traço atlanticista a africanista, é uma sociedade de valores e comportamentos europeus.

O D do imperativo de desenvolvimento, transformou-se no E de Educação.

A economia do conhecimento é um objectivo por cumprir da Agenda de Lisboa.

Portugal é bom a dar à luz conceitos inovadores e estruturantes, mas pouco propenso a aplicá-los.

Portugal está na cauda da Europa no que toca a inovação e o investimento público e também privado, na investigação e no desenvolvimento.

Hoje um qualquer assessor numa Câmara Municipal de qualquer dimensão, cujo mérito de escolha sabemos, depende apenas da lealdade partidária, ganha mais do que um doutorado a fazer pesquisa sobre o cancro.

Dez anos de estudo valem menos que alguns anos de aprendiz numa qualquer jota de um qualquer partido.

As grandes linhas de reforma prometidas pelo Governo PS, parecem ter-se rendido ao inevitável. O alegado choque tecnológico foi substituído pelo modelo de desenvolvimento preferido das maiorias absolutas. O “betão.”

A tecnologia não tem efeitos imediatos, não tem impactos visíveis a curto prazo, enquanto que o betão permite responder às exigências dos círculos eleitorais. Há portanto uma continuidade entre o cavaquismo e o socratismo. Os comportamentos e as práticas e os erros de maioria PSD, repetem-se pela nova maioria PS.

O D do imperativo de Democracia, tornou-se no E de ética. Hoje o problema da nossa democracia já não se coloca a nível do apoio dos cidadãos ao regime, não é a sua existência que está em causa. Hoje apenas uma minoria sem expressividade política vive no saudosismo de outras eras. Os vários inquéritos nacionais corroboram que os Portugueses não preferem outros regimes à democracia.

O que os Portugueses questionam é a sua qualidade. E a este nível não estão sós. A maioria dos europeus também está insatisfeita com a sua democracia.

Assegurar a eficácia e a eficiência do Governo, não significa comprometer nem a legalidade nem a transparência dos processos, nem a integridade e a imparcialidade dos decisores.

Atendendo ao crescente descontentamento dos cidadãos com os partidos, com os seus eleitos e com a política em geral, torna-se imperativo salvaguardar os princípios éticos da democracia.

Esta necessidade de evolução de que vos falo, não se trata apenas de um processo metamorfose da esfera pública, seja ele nacional, regional ou local, mas também da esfera do privado, quer ao nível das mentalidades da classe empresarial e sindical, quer ao nível do funcionamento das unidades empresariais e das relações industriais.

Estratégia, Inovação, empreendedorismo, são três dimensões de governança que se impõem aos novos decisores, sejam eles públicos ou privados.

E por fim, algumas breves palavras sobre a ratificação do Tratado de Lisboa que teve lugar ontem “23/04/2008” na Assembleia da República.

Sem querer entrar no debate, se o Tratado deveria ser ratificado por via parlamentar ou referendária, deixo apenas alguns traços gerais do progresso constitucionalizante conseguido, que em grande parte se devem às Presidências alemã e Portuguesa e ao trabalho exímio da convenção.

Quais as grandes linhas de reforma deste Tratado de Lisboa?

Em primeiro lugar há uma maior simplificação dos processos, uma maior explicitação das competências da União Europeia e também uma maior clarificação das fronteiras jurisdicionais desta com os Estados Membros.

Esta evolução institucional era fundamental, atendendo à entrada de 12 novos Estados Membros.

Há uma Europa mais eficiente do ponto de vista das instituições, mas há também uma Europa mais transparente e democrática.

O Tratado deu passos significativos na democratização da União Europeia, reforçando o papel do Parlamento Europeu através de um aumento das matérias sujeitas a co-decisão, atribuindo um papel fiscalizador da subsidiariedade aos parlamentos nacionais, que terão, obviamente, que depois se adaptar a estas novas exigências e possibilitando as iniciativas legislativas europeias, por grupos de cidadãos.

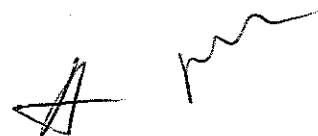
O Tratado deu também um passo significativo na defesa dos direitos humanos, através da atribuição de valor legal à Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia e da adesão à Convenção Europeia de Direitos Humanos, assinada em Roma em 1950, sob a égide do Conselho da Europa e que já foi adoptada pela maioria dos Estados Membros individualmente.

Por último, através da unificação institucional da União Europeia e da Comunidade Europeia, pondo fim à dualidade que o Tratado de Maastricht tinha criado.

A União Europeia passa a ter personalidade jurídica, permitindo a celebração de acordos com países terceiros ou organizações multilaterais, assim como a adesão a Convenções internacionais, com força vinculativa a todos os Estados Membros. Também nos diz respeito.

Com a criação de um alto representante para a política exterior e de segurança comum da União Europeia, a Europa passa a ser um jogador de relevo na política internacional.

Meus Senhores e Minhas Senhoras, a celebração da democracia portuguesa que o 25 de Abril nos proporcionou e da governança europeia que o Tratado de Lisboa proporcionará, exigem um esforço colectivo



de mudança. Nem o 25 de Abril nem a Europa são uma celebração de um só dia, mas um dever colectivo de todos os dias. Muito obrigado pela vossa atenção.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PSD):

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e demais elementos da mesa, Sr. Presidente da Câmara e Sr. Vereadores, Exm.^a Assembleia.

Foi para dar o meu contributo que aceitei ser candidato nas eleições Autárquicas, jamais para ser alvo dos mais diversos comentários de ordem política a meu respeito.

Momentos há em que não devemos calar aquilo que nos vai na alma, assim, porque me preocupo e penso os assuntos, em circunstância alguma deixaria de me pronunciar ou emitir opinião, quando tal me diga respeito ou seja visado. Jamais permitiria, que a sua abordagem se limitasse ao nível do “diz que disse”

Daí que, sobre o assunto de Frechas, na reunião do passado mês de Fevereiro, tenha dito claramente quem disse e o que disse.

A partir daí, se alguém o aceita como verdade ou não, é questão que não me preocupa.

Quanto ao que eu possa dizer sobre a Câmara Municipal, ou o seu Presidente, refiro de forma muito simples, o seguinte:

Será que a vida da Autarquia deve passar completamente despercebida aos Cidadãos de Mirandela?

Será que estes onde me incluo, não devem ter preocupações quanto ao futuro da sua Terra?

Se isto é peccadilho, é caso para dizer “Algo vai mal na democracia local”

Por favor, não esqueçam, amanhã comemoramos o dia da liberdade. Pessoas haverá, para quem esta, estará muito limitada, decididamente não é o meu caso. Tão pouco poderei admitir que, nesta Terra, a liberdade de pensamento, possa estar condicionada.

Além do mais Sr. Presidente, tais conversas acontecem por norma, com pessoas que nas últimas eleições autárquicas, partilharam o mesmo projecto político, algumas delas, são aqui nossos pares.

A diferença entre mim e essas pessoas, talvez esteja na forma frontal, como expresso aquilo que penso.

Ou então, terei o coração demasiado próximo da boca.

Quando tal acontece, que ninguém tenha dúvidas que são feitas numa perspectiva de lamento, nomeadamente quando constatamos desvios, fundamentalmente ao nível dos procedimentos, ou até pela forma como as pessoas são tratadas.

Diga-se em abono da verdade, bem diferente da atenção que lhes é dispensada nos tempos que antecedem os actos eleitorais.

Entretanto, a carta da Junta de Freguesia de Frechas dirigida ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela em 18.02.2008 – Ref. JF0106/2008, diz o seguinte:

Assunto – Rede de Esgotos – Cachão

“Não obstante terem sido já efectuados algumas tentativas no sentido de se corrigir a situação, confrontamo-nos de novo, com os esgotos das habitações do Bairro da Escola, a correrem a “Céu aberto” em direcção à EN.

Face ao exposto mais uma vez, vimos solicitar os bons ofícios de V.^a Ex.^a, no sentido de mandar implementar uma solução para este problema, o qual poderá tornar-se num caso de saúde pública.

Sem outro assunto, certos da melhor atenção apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Atenciosamente.

O Presidente da Junta de Freguesia

Carta Resposta da CMM dirigida ao Presidente da Junta de Freguesia de Frechas em 20.02.2008 – Ref. 01164, diz o seguinte:

Assunto – Rede de Esgotos do Cachão

“Em resposta ao ofício de V.^a Ex.^a Acima identificado, cumpre-me informar que, talvez por distracção ou indisponibilidade de tempo, não teve oportunidade de observar na acta da reunião da Câmara Municipal de 16 de Janeiro último que a Rede de Drenagem de Águas Residuais e abastecimento de Água da Vila Nordeste do Cachão foi objecto de deliberação no sentido de abertura de procedimento de concurso.

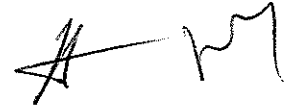
Assim sendo, as suas preocupações quanto à actual rede de drenagem serão em breve resolvidas.

Com os Melhores cumprimentos.

O Chefe de Secção de Administração Geral”

Sr. Presidente da Câmara:

Face a tão interessante resposta num tom irónico, formulando em simultâneo juízos de valor, apetece perguntar: será que a Câmara Municipal de Mirandela perdeu a noção da dignidade bem como dos mais elementares princípios de respeito mútuo pelo qual se devem pautar as relações institucionais entre os órgãos do poder local?



Face a tal resposta, tenho que lhe perguntar: qual a legitimidade do funcionário em questão para assinar esta carta. Mas também lhe digo, independentemente de quem a assinou, em minha opinião, ele não é o seu autor.

É minha convicção que este é um dos responsáveis políticos da Câmara Municipal, ao nível do Executivo, o qual, não teve coragem para assumir e assinar com total clareza esta resposta.

Esta carta é insultuosa para os anseios da população da Freguesia, nomeadamente para os habitantes do Cachão.

Penso saber interpretar os seus sinais, mas o meu compromisso é com o Povo desta Freguesia que em mim confiou. Por isso, contrariamente ao que muitos pretenderiam, aqui vou permanecer, até onde e quando fui democrática e legitimamente mandatado.

É bom que ninguém esqueça, ou melhor, tenham sempre bem presente, ainda que concorram para o mesmo fim, Câmara Municipal e Junta de Freguesia são entidades autónomas, ambas investidas da mesma dignidade, bem como da legitimidade que lhes advém do voto popular.

Ainda que para algumas pessoas, esta matéria seja algo confusa ou até complicada de entender, a Junta de Freguesia, jamais pode ser entendida como entidade hierarquicamente dependente da Câmara Municipal.

Muito menos, o seu Presidente poderá ser entendido ou tratado como o serviçal do Presidente da Câmara na sua Freguesia.

Face ao meu entendimento, sobre toda esta situação, em particular, e outras, em geral, e como sinal claro de protesto pela forma tão insultuosa de responder aos legítimos anseios de uma das 37 Freguesias do Concelho de Mirandela, solicito a minha imediata suspensão das funções de 1.º Secretário da mesa deste órgão do Município.

Em termos partidários, dado não possuir nenhum vínculo ao partido, nas listas do qual foi eleito, a partir desta data passarei à condição de independente enquanto membro desta Assembleia, e que tal fique expresso na minha identificação nas respectivas actas.

Aos meus dois companheiros da Mesa, um pedido de compreensão para esta minha decisão. Mas momentos há em que temos que dizer:

- Haja dignidade nos actos e atitudes, por mais simples que eles sejam, isso só nos enobrece.
- Haja respeito pessoal, institucional e político.
- Ser forte com os fracos, e fraco com os fortes, é extremamente fácil. Agora, ser forte com ambos, talvez seja muito complicado.

Amanhã, como disse, a nossa democracia faz 34 anos. Lembrando-me daqueles tempos de sonhos e conquistas, termino dizendo.

Somos muitos, muitos mil, para defender Abril.

Viva a Liberdade.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa registará essa informação. Tem a palavra Marcelo Lago.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Eu creio que, face a esta atitude do Sr. Secretário, que a Mesa devia eleger um outro Secretário.

Presidente da Assembleia Municipal:

Como os Srs. Deputados devem imaginar e deduzir, a informação que acabaram de ouvir foi cordialmente apresentada há alguns minutos antes. A Mesa não teve tempo de tomar conhecimento e de reflectir sobre isso. E a minha reflexão apontava para aquilo que eu já ouvi aqui: que a sessão devia continuar e depois numa determinada parte tomar as providências necessárias para completar de novo a Mesa.

Deputado Municipal Marcelo Lago (PSD):

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores e Sr.ª Vereadora, Meus Senhores e Minhas Senhoras.

Eu era para não intervir já porque parece que este Período da Ordem do Dia já se prolongou por muito tempo.

De qualquer forma, é um motivo que eu não queria deixar passar, uma vez que temos o aniversário dos Bombeiros Voluntários neste próximo fim-de-semana, ou seja Sexta, Sábado e Domingo.

Enviámos convites de acordo com o Protocolo do Município a toda a gente que faz parte desse Protocolo mas todos os anos acontece que algumas das pessoas acabam por não receber esse convite e eu aproveitava esta Assembleia para informar que se alguém não o recebeu pode dirigir-se aos Bombeiros ou solicitar-me o convite que posso entregar em mão, ainda hoje.

Será para nós um grande gosto e um grande prazer tê-los a todos presentes, sobretudo no aniversário, ou seja Domingo, que é o dia do mais especial porque temos também a presença de membros do Governo, concretamente o Sr. Ministro da Administração Interna.

Por outro lado, temos no Sábado o Seminário que é organizado pelo Município de Mirandela. Nesse evento vai ser apresentado o projecto RNT e o livro dos 125 anos de voluntariado em Mirandela. Há algumas pessoas desta Assembleia que fizeram parte de órgãos sociais na Assembleia. Eu convidava esses também de uma maneira mais especial para estarem também, porque teremos oportunidade de lhes oferecer o livro no Sábado na apresentação do mesmo.

Por último, não queria deixar passar uma intervenção que aqui foi feita pelo Sr. Dr. Maximino, que apresentou aqui o seu currículo que toda a gente já conhece, aquilo que foi, aquilo que fez, aquilo que está a fazer, mas não posso deixar passar porquê? Porque sendo um homem que nasceu no meio rural, os pais agricultores, chamar couve-galega à couve penca é mesmo duma ignorância total. Ou foi engano, ou então é mesmo ignorância, porque a couve galega, toda a gente, mesmo aqueles que nascem na cidade que nunca viram a couve mas que a cozinham para sua alimentação, sabem que a couve penca é uma e a couve galega é outra.

E para ficar a saber ainda melhor, Sr. Dr. Maximino, informo que a couve penca de Carvalhais está considerada a melhor couve-penca do país. Muito obrigado a todos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também Sr. Deputado.

Sr. Deputado Marcelo Lago, queria agradecer-lhe o facto de ter cooperado com a Mesa no que respeita à contagem do tempo, mas o muito tempo e o pouco tempo depende do entendimento de cada um.

Devo dizer-lhe que desta vez a Assembleia esteve muito tempo, teve algum rigor, foram 12 minutos a mais além da hora e eu pelo decurso que as Assembleia têm tido, nem sequer consultei a Assembleia, que naturalmente autorizaria a sua continuidade.

No que respeita à couve, tenha lá paciência, mas deslizes toda a gente tem.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Muito rapidamente porque me esqueci na intervenção anterior de dizer o seguinte:

Resultante de um contacto da Rota do Azeite, colocou a possibilidade de a Câmara se tornar membro institucional daquela distinta casa e eu acho que faz todo o sentido, atendendo que há todo um conjunto de actividades de promoção do nosso azeite e da nossa terra em Lisboa e sabemos que o estar presente, o ter um mediador e o lobby, hoje fazem parte de todos os processos de decisão e portanto eu lanço isto assim um bocadinho informalmente, sem proposta, mas depois eu posso esboçar essa proposta de votarmos aqui uma adesão da Câmara Municipal de Mirandela à Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, se assim entenderem.

Presidente da Assembleia Municipal:

Eu agradeço a sua intervenção e de resto todos os assuntos que sejam de interesse para Mirandela, para o seu progresso e para a sua promoção, são interessantes.

Devo dizer ao Sr. Deputado e aos demais deputados que esse assunto não é novo para mim, uma vez que está aqui um Sr. Deputado, o Vasco Aníbal, que tem uma participação activa, continuada, muito regular na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro. Eu próprio acompanhei quando estive em Lisboa e essa sugestão para a Câmara da nossa terra participar, não é nova. Naturalmente poderá até fazê-lo durante aquele parágrafo, o Ponto de Outros Assuntos de Interesse para o Município, se quiser entretanto ir pensando.

Não se esqueçam Srs. Deputados que temos aqui uma Proposta do Sr. Deputado Humberto Dinis Veiga, sobre um voto de louvor ao C.T.M. cuja essência é, e passo a citar: "um voto de louvor e congratulação aos seus atletas, formandos, formadores e dirigentes do C.T.M., assim como aos seus associados e patrocinadores." Portanto, passamos à sua votação.

Votação:


Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de louvor e congratulação aos atletas, formandos, formadores e dirigentes do C.T.M..

4.º PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.



4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DO DECRETO-LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO.

Presidente da Câmara Municipal:

Saúdo o Sr. Presidente da Assembleia, nele a restante Mesa, o Executivo, os Srs. Membros da Assembleia Municipal, o estimado Público e a Comunicação Social.

Permitam-me que, depois de dez intervenções, eu seleccione algumas delas (se eu demorasse dois ou três minutos com cada uma, já tinha que falar durante meia hora) porque algumas não precisam de nenhuma justificação porque não são perguntas ao Presidente da Câmara.

E eu, porque como ficam na memória sempre as últimas intervenções, vou começar na minha resposta e na análise, do fim para o princípio.

E do fim, dizendo ao Sr. Secretário da Mesa e Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, ao Jorge Pereira, que use e abuse da sua liberdade de expressão mas que deixe os outros também usar e abusar da liberdade de expressão que têm e da responsabilidade que têm.

Isto para lhe dizer, porque não responderei mais a essa questão, que respeito e agradeço o trabalho prestado e dizer-lhe muito obrigado pela nobre e coerente atitude que tomou.

Em relação à segunda questão, dirigida ao Deputado Maximino Monteiro, e eu digo “Deputado Maximino Monteiro” para não me equivocar sobre os títulos ou os nomes, queria dizer-lhe que foi de mau gosto “o Sr. fez aqui algumas acusações” sobre a não importância do Sr. Presidente da Câmara aos outros ou à oposição. Foi de mau gosto aquilo que o Sr. disse aqui dum Vereador da minha Câmara Municipal, que por ser da sua oposição não merece esse tipo de tratamento.

Eu, como Presidente da Câmara, aqui e hoje e solidariamente com todos eles faria o mesmo, vou-lhe responder muito simplesmente, mas não só ao Vereador desta Câmara Municipal, ao Lopes Maçaira, também aos Presidentes das Juntas de Freguesia.

Eu não posso aceitar, não posso corroborar que o Sr. venha aqui fazer o elogio de um Presidente da Junta para o assacar e para o lançar directamente contra todos os outros Presidentes de Juntas de Freguesia, dizendo que um é bom e que os outros são todos maus, são carneirinhos que seguem o Presidente da Câmara ou o partido político a que pertencem. Não aceito essa dicotomia.

E não aceito porque o Sr. nem tem legitimidade nem autoridade moral para tal e vou-lhe dizer porque sou mais novo e é pensado o que lhe estou a dizer. Não tem essa moral porque quando o Sr. vem falar aqui da sua Junta de Freguesia, das Aguieiras, e fazer aqui os pedidos das Aguieiras e dizendo que outros Presidentes de Junta o fazem e outros não o fazem, o Sr. depois escreve uma carta à sua Assembleia de Freguesia, onde é eloquente o seu raciocínio e a sua coerência. Eu só leio dois parágrafos dessa carta para que toda a Assembleia possa tirar as ilações que entender e a partir daqui eu não lhe respondo a mais nada que fale sobre as Aguieiras. E os parágrafos são estes:

“Para terminar, Sr. Presidente da Assembleia da Freguesia das Aguieiras, tenho que lhe significar o meu profundo desgosto por ter nascido nessa freguesia, apesar de nos últimos dois anos ter sido o único eleito, etc.”

2.º Parágrafo:

“Se não sabe, fica a saber que não resido nas Aguieiras mas sim em Lisboa, Braga e Setúbal. Nasci aí por acidente, mas não quero deixar aí os meus ossos.”

Depois destas palavras sobre a Freguesia das Aguieiras, eu não lhe respondo a mais nada que peça para a sua freguesia e não respondo a mais nenhuma provocação que faça aos Srs. Presidentes de Junta ou ao Vereador que pertence à minha Câmara Municipal.

E esta carta é assinada e escrita por si, é eloquente, não precisa de mais respostas.

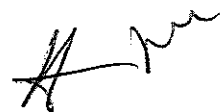
Em relação à questão do Foral de Frechas, queria dizer-lhe também, sem entrar em polémica, que o Sr. Presidente da Câmara que aqui está, não convidou ninguém nem convocou ninguém para a cerimónia do Foral de Frechas.

A cerimónia do Foral de Frechas foi assumida na sua organização pela Junta de Freguesia de Frechas. E se ler o panfleto que foi distribuído, vê lá isso: organização da Junta de Freguesia de Frechas, com o apoio da Câmara Municipal e outras entidades.

Isso quer dizer com toda a clareza que a organização era da Junta de Freguesia de Frechas, os convites eram da Junta de Freguesia de Frechas e do seu Presidente e, portanto, a ele competiu esse acto solene de convidar ou não convidar as pessoas, as entidades para lá estarem. Ponto 1.

2.º A Câmara não fez nenhum convite a ninguém para lá estar. Pior do que isso, a autonomia foi total e o Presidente da Câmara não ficou chateado com isso, quando o Sr. Presidente da Junta, e bem, convidou até membros do Governo e outras entidades, ele próprio, sem dizer nada ao Sr. Presidente da Câmara.

Está no seu direito, na sua autonomia e o Presidente da Câmara não se chateou com isso nem tinha que se chatear. Isto para não haver aqui dúvidas de que o Sr. Presidente convidou alguém ou tratou mal alguém, porque não fez convites para o respectivo evento.



Quanto à sua publicação em termos da Agenda Cultural, eu de facto fico espantado. E fico espantado (nunca disse isto, mas vou dizê-lo aqui) com essa crítica.

Todos os Membros da Assembleia sabem, e nós já estamos aqui há três anos, que o Grupo Parlamentar do CDS/PP, quer aqui quer na Câmara Municipal, quer nos seus apoiantes na rua, só têm um adjectivo para a Agenda Municipal: é que ela é um “pasquim, que é um documento político, partidário, que só serve para promover o seu Presidente, que não vale nada, mudem lá isso, as outras Câmaras é que fazem melhor”, não há pior coisa do que a Agenda Municipal.

Eu estava à espera do contrário, que era assim: se o documento é tão mau, se o livro e a agenda são tão maus, eu acho que publicar lá alguns acontecimentos, podiam até perder a importância esses acontecimentos, tal o nível cultural que possam eventualmente ter ou o apoio que possam eventualmente ter. E, portanto, esta questão posta desta forma, deixa-me de facto sossegado, porque daqui para a frente posso lá publicar tudo, porque afinal vale a pena publicar e dar importância aos acontecimentos na Agenda Cultural e na Agenda Municipal.

Só que a Agenda cultural, a Agenda Municipal, a Internet, o directório e a página que a Câmara tem, precisam que as coisas que se fazem ou que lá saem que sejam divulgadas. Normalmente são levadas pelas pessoas que as realizam ou que as organizam, porque podem esquecer a qualquer pessoa que faz ou que está na Câmara Municipal.

Se essas pessoas não transmitem, não escrevem, não vão lá dizer quais são os acontecimentos e como devem ser publicados, pode haver muitos que podem ficar de fora, porque a Câmara não se pode lembrar de todos, como é perfeitamente normal e perfeitamente admissível que possa acontecer. Sendo assim, há que pedir desculpa por tal acontecimento não sair na Agenda, principalmente nesta altura, pelo Grupo do CDS/PP, que notou a falta do acontecimento no tal pasquim que não vale nada e que só serve para promover o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela.

Em relação à questão colocada por Jorge Costa sobre o Hospital Terra Quente SA, dizer-lhe duas coisas simples (aliás já estava à espera da pergunta): saíram dois sócios, o Instituto Piaget e a Clínica Médica de Lamego.

Entraram, a Edissanos, que reforçou o capital social, que é uma empresa de saúde de Guimarães e o Gabriel Couto, em sua substituição. Isto para dizer que uma sociedade anónima pode mudar de sócios quantas vezes quiser, quantas lhe apetecer. Daqui até ao fim até pode ter outros.

À Câmara e a esta Assembleia só lhe compete uma coisa nessa sociedade anónima que é defender no estritamente legal e aprovado a posição da Câmara na sociedade anónima. E, portanto, isto que fique escrito com toda a clareza.

O Hospital Terra Quente SA fez já o seu calendário de construção do respectivo edifício. A partir da entrega dos projectos com as especialidades todas na Câmara Municipal, até 30 de Junho de 2008, terá o seu projecto de execução pronto para construção definitiva da instalação do Hospital, em finais de Agosto de 2008 o início das obras de construção civil global em Setembro de 2008 e a conclusão dos trabalhos e da obra em finais de 2009.

Disse isto propositadamente para que possam depois acompanhar os respectivos calendários e fazerem as respectivas críticas que forem necessárias a esta situação.

Quanto às valências, nada do que está no seu capital social pode ser mudado sem a Assembleia-Geral ou esta Câmara e esta Assembleia aprovarem porque foram aprovados nesta Câmara e nesta Assembleia Municipal. Quando tiver que haver qualquer alteração, esta Câmara e esta Assembleia terão que o saber e terão que deliberar futuramente sobre ela.

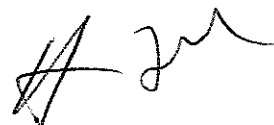
Está bafejado por um bocado de sorte também, porque o Governo resolveu a partir de Maio deste ano fazer a renegociação de todas as convenções e contratos programas do Estado, do Ministério da Saúde com os particulares e pode ser que aqui, este hospital tenha também algumas surpresas em termos de colaboração e de convenções negociadas com o Estado e com os particulares.

Em relação à Rua da República quero dizer-lhe que o prazo da construção da obra da Rua da República era de 11 meses, ou seja, terminava perto de Setembro de 2008. Nós esperamos, quase temos a certeza hoje, que em finais de Junho estará completamente pronta toda a obra, incluindo estrada, passeio dos veículos e das pessoas, arranjo dos passeios, equipamentos e tudo o que era necessário à obra. Daqui a um mês ou mês e meio, não haverá problemas em termos de trânsito.

Isto quer dizer que tudo estamos a fazer tudo de forma articulada e com bastante responsabilidade também para que os prejuízos sejam minorados para o comércio local e para os comerciantes daquele local.

Em relação à ausência de iluminação na Ponte Europa, dizer-lhe que a iluminação na Ponte Europa está ser reformulada e que vão ser colocados candeeiros em altura e, como já se encontra adjudicado o sistema, estarão a funcionar os candeeiros em altura na Ponte Europa antes da Reginorde.

Em relação à intervenção do Dr. Almeida, dizer-lhe - não às duas primeiras - que respeito e que comungo das preocupações, mas sobre o encerramento dos Gates que foi a pergunta que fez, “que estratégia”, dizer-lhe que neste momento decorrem negociações com os 15 Municípios que pertencem à NUT de Trás-os-Montes, que é uma unidade orgânica que se está a fazer, porque é obrigatório por lei, a novas



associações de municípios serem constituídas por NUT. Essa NUT abrange como sabe também concelhos que estão, quer na Associação de Municípios da Terra Quente, quer na da Terra Fria, quer alguns também que eram do Douro superior, quer do Alto Tâmega também alguns.

Nós pensamos neste momento, na estratégia que estamos a equacionar, que associações de municípios fiquem num determinado local, que depois os 15 municípios se vão entender sobre isso.

Os GAT's ficarão noutra local e estamos a tentar equacionar uma estratégia que seja não tudo no mesmo local mas dividido por 2 ou 3 locais, de maneira a que esses 2 ou 3 locais possam absorver muitos dos trabalhadores que existem naqueles serviços, em termos de alguma junção, se tal for possível e ao mesmo tempo também, favorecer 2 ou 3 concelhos, em detrimento do favorecimento dum só e da dinâmica que isso podia criar em termos da própria NUT e dos seus concelhos.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Eu gostava de perguntar ao Executivo o que é que ficou deliberado do IPPAR relativamente àquele levantamento que foi feito na Ponte Velha? Prosseguem as obras, não prosseguem, gostava de saber.

E já agora, gostaria também de alertar o Executivo para uma recomendação ao empreiteiro sobre as travessias dos passeios porque deixam buracos e as tábuas que têm colocado nos buracos são muito frágeis e por acaso aconteceu com um familiar meu, que caiu e teve problemas, mas vi também outras pessoas caírem. Portanto, deve haver uma recomendação para que não baixem a guarda sobre a segurança nas obras uma vez que ainda vão demorar mais alguns dias. Era tudo por agora. Obrigado.

Presidente da Câmara Municipal:

Respondendo muito concretamente à sua questão e que o Sr. Garrido tem acompanhado desde o início esta fase toda das obras, nós tínhamos uma obrigação legal perante o concurso e perante a empreitada de estudar ou fazer o levantamento arqueológico todo da zona da ponte velha porque as obras decorriam a menos de 50 metros do respectivo monumento e portanto obrigatório legalmente fazer esse trabalho escalpelizado sobre aquele monumento.

Entendeu o Igespar da zona Norte, em articulação com técnicos da CMM, que a melhor solução era proteger o que foi sondado no levantamento com uma cobertura especial que pode, caso no futuro o entendam, ser levantada com facilidade, e colocar um lajeado que indicasse a direcção da Ponte Velha e dos arcos que foram destruídos. A ideia é colocar uma placa informativa sobre os trabalhos arqueológicos efectuados e sobre a história da ponte.

4.2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO 2007 – C.M.M..

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

A Câmara Municipal, dando cumprimento ao art.º 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, apresenta-nos o Relatório e Contas referentes a 2007, para discussão e votação na A. Municipal.

Como nos anos anteriores, não me vou referir às Contas, pois isso é competência do Tribunal de Contas e, como tal, devem executar esse trabalho.

Relativamente ao Relatório de Actividades é que devemos fazer uma análise política da actividade desenvolvida durante o ano 2007.

Como é costume e isto não muda, a Oposição irá esquecer o bom que se fez e realçar aquilo que ainda não se fez.

Eu pelo contrário vou referir o bom que se fez e não perder tempo com aquilo que correu menos bem.

O relatório de actividades não me traz nada de novo, pois quem acompanha a actividade do executivo, no contacto com as obras que vejo, pela leitura das actas do executivo e pelas visitas que faço ao mundo rural, verifico que o concelho de Mirandela é um concelho vivo, com dinâmica e com condições para criar progresso e desenvolvimento para os Mirandelenses.

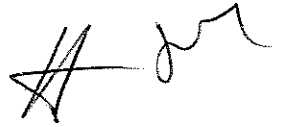
O Senhor Presidente e os Srs. Vereadores a tempo inteiro souberam imprimir em todos os agentes políticos e privados uma dinâmica de trabalho, que tem levado o concelho de Mirandela, a afirmar-se como o concelho mais desenvolvido e próspero da Província de Trás-os-Montes.

Para os mais distraídos, vou recordar algumas das coisas que se fizeram durante 2007.

- Continuou-se a investir no mundo rural, em calcetamentos, água, saneamentos, etar's, alargamentos de cemitérios e arranjo de capelas e igrejas, e construção de polidesportivos. Aos velhos do Restelo aconselho a darem uma volta pelas nossas aldeias e fazerem uma comparação com aquilo que eram e com aquilo que são hoje.

Relativamente a novas obras tivemos:

- Alargamento do parque de Campismo;
- Recuperação ambiental das minas da Freixeda,
- Estrada que liga ao IP4 a Valpaços, obras que beneficia mais Mirandela do que Valpaços;
- Zona Verde da Ribeira de Carvalhais;



- Colocação de tapete na pista do aeródromo de Mirandela;
- Arranjo e embelezamento dos bairros do fundo de fomento;
- Novas instalações da APPACDM;
- Conclusão do Centro de Saúde de Mirandela, a Unidade II;
- Lançamento do concurso para a ecoteca ;
- Remodelação da Rua da República já iniciada;
- Novo posto de turismo;
- Arranjo de passeios e colocação de novas infra-estruturas como a rede de gás, TV cabo e fibra-óptica. Criaram-se condições para que os privados investissem em Mirandela como sejam:
- Mini-hídrica, já em funcionamento;
- Hospital Terra Quente que já iniciou;
- TECSAM – Tecnologia e Serviços Médicos de saúde ligados aos serviços de hemodiálise e com uma unidade de cuidados continuados, que já iniciou a bom ritmo a sua construção;
- Reconstrução do antigo edifício da Misericórdia na praça 5 de Outubro. Edifício que faz parte da história de Mirandela, e para que alguns saibam, foi ali que nasceu o primeiro hospital do Concelho. Intervenção com muitos sacrifícios da Santa Casa, mas no entanto prioritária, pois o seu destino seria idêntico à da antiga igreja da Sr.ª. da Encarnação, a destruição total.

Relativamente às associações o executivo continuou a apoiar e muito bem, pois elas foram responsáveis por muitos acontecimentos culturais de 2007.

Entre muitos saliento:

- Festival do Folclore;
- Europeu de ténis de mesa, destinado a atletas com deficiência mental;
- Festival de Sabores do Azeite Novo;
- Feira da Alheira, do Turismo e do Azeite;
- IV Festival dos jardins nómadas
- Concurso das varandas floridas;
- Campeonato nacional, Europeu e Taça do Mundo do Jet - Ski;
- Meia Maratona Rota do Azeite de Trás os Montes ;
- Dia Mundial da Criança;
- Festival das Vindimas, organizado pelo Rancho Folclórico de São Tiago,
- Homenagem ao grande Mirandense arquitecto Albino Mendo;
- Open de Xadrez,
- Título de campeão do Ténis de Mesa do C.T.M.

Muito mais se poderia enumerar de acontecimentos culturais em 2007, não esquecendo colóquios, conferências, seminários exposição de pinturas, apresentação de livros escritos por autores Mirandenses, conceitos da Exproarte que já é conhecida internacionalmente.

Aquelas pessoas que têm um pouco de disponibilidade de tempo, passem alguns dias pelo complexo cultural e verificarão a vida que aquele complexo tem. São jovens, crianças e adultos em constante vai e vem daquelas instalações.

O mesmo se passa na Piscina Municipal, estrutura que proporciona a prática da natação a um número elevado de crianças e jovens das nossas escolas, bem como um grande número de adultos.

Mirandela é uma cidade viva, está bem e recomenda-se

Aos fins-de-semana e feriados deparamos com um aumento enorme de população. São turistas que nos visitam, habitantes dos concelhos limítrofes que a escolheram para passearem e outros que mesmo não sendo de cá, têm em Mirandela habitações para passarem fins-de-semana e as suas férias, fugindo assim ao barulho dos grandes centros.

Mas tudo isto foi conseguido ao longo de muitos anos, construindo-se estruturas que agora nos proporcionam qualidade de vida, não só para nós que aqui vivemos mas também para quem nos visita.

Em relação à Educação e Ensino, esta câmara tem apoiado e investido fortemente

- Tivemos a homologação da carta educativa;
- Resolveu o problema que outros criaram com o terreno onde está instalado o Instituto Jean Piaget;
- Apoiou a semana académica das duas universitárias;
- Apoiou a viagem de alunos e professores de Mirandela à Assembleia da República;
- Apoiou a festa da Geografia;
- Apoiou a deslocação de alunos do 9º ano de Escola Secundária de Mirandela, ao campeonato do Mundo de Robótica em Atlante (Estados Unidos) tendo ficado no 13º posição, num total de 300 equipas de 37 países;

- Participou no combate ao Insucesso Escolar, no programa “escolhas”;
- Aumentou a sua participação nos transportes escolares;
- Implementou as refeições no 1º ciclo, bem como o ensino extra-curricular.

No campo social, em 2007 este executivo em permanência:



- Aprovou o plano de desenvolvimento social e respectivo plano de acção;
- Organizou o 1º encontro de idosos do concelho de Mirandela em Aveiro;
- Aprovou o regulamento do fundo social de apoio à habitação (que são apoios concedidos, para obras necessárias para garantirem as condições mínimas de conforto, segurança e salubridade nas habitações de famílias carenciadas).

Em 2007 o Sr. Presidente conseguiu 3 coisas muito importantes para os munícipes de Mirandela:

1 – A conquista da urgência Médico-cirúrgica para o hospital de Mirandela, complementada com uma unidade de cirurgia ambulatória (recentemente inaugurada pela Sr.ª Ministra da Saúde) e incluída na Rede Nacional de Urgências médico cirúrgicas.

Foi a sua capacidade de liderança e de diálogo, aliada à determinação e capacidade de reivindicações dos Mirandelenses demonstrada em manifestações e marchas lentas com milhares de pessoas, que se conseguiu ganhar esta batalha, enquanto outros assobiavam para o lado, fazendo de conta que não era nada com eles. Os eleitores não são estúpidos e em 2009, saberão muito bem em quem irão depositar o seu voto.

2 – A conquista de dois programas de Modernização Administrativa: “Empresa na hora” e “Casa Pronta”.

É de salientar que só quatro cidades foram escolhidas para pioneiras para instalação destes serviços.

3 – O governo e a Câmara Municipal acordaram numa parceria para a construção de uma esquadra nova para a PSP. Assim, está acordado entre o governo e a Câmara Municipal, a construção de uma nova esquadra até Junho de 2009, começando as obras em 2008. Protocolo a assinar no dia 27 com a presença do Sr. Ministro da Administração Interna.

Eu referi alguns 25% do trabalho executado em 2007, mas os munícipes conhecem perfeitamente o que este executivo em permanência tem feito pelo desenvolvimento e progresso do concelho, por isso o executivo PSD recolhe a unanimidade dos seus deputados municipais e também estou convencido da grande maioria dos seus munícipes.

Por tudo isto o grupo parlamentar do PSD irá votar favoravelmente as Contas e Relatório de Actividades referentes a 2007.

Relativamente à declaração de voto de CDS/PP, como de costume nada dizem e como tal não vale a pena perder muito tempo com tais defuntos políticos.

No entanto e numa análise mais cuidada verifico que de ano para ano, apesar de repetitiva, vai perdendo qualidade, o que é normal, pois está a expirar o seu prazo de validade (2 anos).

Esta falta de qualidade também não é de admirar.

O treinador fugiu, o ideólogo abandonou.

O que ficou?

Compete aos eleitores do PP responderem a esta pergunta. Muito obrigado pela atenção.

Deputada Municipal Isabel Barreira (PS):

Sr. Presidente da Assembleia, respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e demais presentes.

Antes de começar a minha intervenção, gostaria de deixar aqui o reparo para o facto da Mesa da Assembleia Municipal não ter respeitado a ordem de inscrição para as intervenções neste período.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr.ª Deputada, dê-me licença de a interromper.

Está enganada porque eu tinha sido alertado pelo Sr. Deputado Dinis para a sua inscrição prévia. O que não temos é obrigação de dar conta dos sinais que vamos recebendo e dos pedidos que fazemos. Aliás, registamos sempre os pedidos dos Srs. Deputados.

De qualquer maneira, teríamos sempre o prazer de lhe dar a palavra, nem que fosse por cortesia. Faça o favor.

Deputada Municipal Isabel Barreira (PS):

Relativamente ao assunto que está aqui à apreciação, que é a aprovação do Relatório de Actividades do executivo camarário durante o ano de 2007, creio que este Relatório em si mesmo não merece qualquer crítica pois acreditamos que as informações que dele constam, nomeadamente no que diz respeito à aplicação dos meios financeiros colocados à disposição do Município, correspondem à mais pura realidade, mas realidade esta que aliás é muito triste.

Se bem virmos, aquando da votação do orçamento para 2007, o Sr. Presidente prometeu que cumpriria escrupulosamente a previsão orçamental.

Aqui chegados, Vª Ex.ª apresenta-nos para aprovação um relatório em que a taxa de execução orçamental se fixa em cerca de ¼ do previsto no referido orçamento.

Posto isso, somos forçados a concluir que o Sr. Presidente, como já vai sendo sua marca, promete muito e cumpre muito pouco. Mas como qualquer mau pagador de promessas, já tratou de imputar a

responsabilidade da sua gestão ao Governo do país acusando-o de não transferir as verbas para as Autarquias.

Estamos certos de que estes argumentos não convencem ninguém. O Governo que financia a Autarquia de Mirandela é o mesmo que financia as restantes Autarquias do Distrito e não temos notícia que em nenhuma delas haja uma taxa de execução orçamental tão baixa. Aliás, este cenário já se tem repetido desde que o Governo era do PSD, portanto não venham imputar as culpas ao Governo do PS, que o Governo do PS não tem culpa nenhuma.

Posto isto, além de referir que nesta matéria o voto da bancada do PS será no sentido da abstenção, não queria deixar de lembrar ao Sr. Presidente da Câmara que lhe ficaria muito bem dirigir um pedido de desculpas, não a nós, que nunca acreditamos nele, mas aos membros da sua bancada parlamentar que foram aqueles que foram enganados. Tenho dito.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Relativamente a este assunto, pese embora tudo o que foi feito não tenha sido mau (também era estupidez da minha parte reconhecer isso), no entanto vou votar contra, porque este Relatório e Contas vêm do Plano e Orçamento que eu também votei contra.

Não posso em coerência ter votado contra um Plano e Orçamento e agora aprovar o Relatório e Contas.

As contas, essas não têm problemas, o problema da execução e da questão política daquilo que foi feito para defesa do município é que nós não estamos e continuo a dizer pese embora, muitas das coisas que foram feitas com valor.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Perante este quadro, o Grupo Municipal do CDS/PP, depois de ter analisado o Relatório e Contas, pronuncia-se desta forma:

Declaração de Voto do Grupo Municipal do CDS/PP quanto ao Relatório da Prestação de Contas de 2007, da Câmara Municipal de Mirandela:

O Grupo do CDS/PP teve oportunidade de referir na sua Declaração de Voto, que o Orçamento estava empolado, pelo que as previsões de receitas e despesas ficariam aquém dos valores previstos, como se veio a verificar.

Mas a estas críticas construtivas da oposição, a maioria vem fazendo ouvidos de mercador, pelo que todos os anos aquando da apresentação das contas, repetem-se os mesmos argumentos. Por um lado vêm os membros da maioria do Executivo PSD, com a chapa 47 a dizer que: o incentivo no desenvolvimento, no progresso e na qualidade de vida dos Mirandelenses continuam a ser uma realidade numa aposta e uma das bandeiras do Executivo que lidera a Câmara Municipal de Mirandela.

Esta realidade e esta aposta, com o presente Relatório de Gestão, demonstra que estiveram sempre presentes ao longo do exercício de 2007.

Por outro, vimos nós Grupo do CDS/PP, dizer que os objectivos propostos não foram os mesmos realizados pelo Executivo e a referência do Executivo não corresponde à realidade, apesar da defesa aqui feita pela sua bancada.

Deixamos uma mensagem ao Professor Dinis, que deve preocupar-se com o PSD e não com o CDS.

Com efeito, a maioria previu no orçamento 2007 uma receita de capital no valor de 26.376.750,00€. Acontece porém que a receita efectivamente cobrada não ultrapassou o valor de 7.258.

Verifica-se que da receita prevista apenas foi cobrada a percentagem de 27%, ou seja 73% ficou pelo caminho.

Isto quer dizer que as promessas feitas estão contidas naqueles 73%, que não foram realizadas, ou seja, promete-se o céu e a terra, mas nem uma coisa nem outra se concretiza.

Apesar de tudo isto, o Executivo em vez de reconhecer esta realidade e de deixar uma palavra de simpatia à oposição, vem ainda afrontá-la na página 16 do Relatório e vem responder com o "Deve" e "Haver" da contabilidade do comerciante, em vez do "Débito" e "Crédito" da moderna gestão e técnica contabilística, que embora não seja exacta é mais real.

No que concerne à despesa, a situação muda de figura. Na verdade, também no capítulo da despesa se verifica o seguinte panorama: para uma dotação inicial de 12.305.450,00€, o valor da despesa corrente atingiu 15.025.050,00€, ou seja, verifica-se um aumento de 12,21%. Isto é significativo porquanto vem demonstrar que ao contrário do que sucede nas receitas, que diminuem, aqui são as despesas correntes que crescem, o que revela um desvio orçamental significativo e prejudicial para o desenvolvimento do concelho.

Numa tentativa de branqueamento das receitas e despesas, o executivo presenteia-nos a páginas 195, com um mapa de evolução da execução da receita e da despesa.

Analisando o dito mapa, extraímos as seguintes conclusões, do eixo cartesiano em que se insere.

Os gráficos para três anos estabelecem confusão e não são perceptíveis para a maioria dos seus analistas. Dos mesmos também se retira que os valores das receitas do último triénio não têm tido

significado, sendo certo que apesar disso as despesas correntes têm aumentado, o que nos leva a concluir que desses aumentos façam parte despesas com pessoal e outras que pela sua natureza são difíceis à oposição analisar e pela forma como são contraídas e atribuídas.

Não crescendo as receitas de capital, os investimentos não são realizados apesar das promessas do Sr. Presidente da Câmara.

Desta feita é caso para perguntar qual a situação das obras e investimentos que os Srs. Vereadores da oposição enunciaram na parte final da sua Declaração de Voto.

Como o Executivo vai fazendo tábua rasa das críticas e recomendações que nestes últimos anos o CDS tem vindo a propor à maioria do Executivo, não pode esperar que o Grupo do CDS/PP neste julgamento das Contas de Gerência de 2007 use de alguma benevolência em contraposição à sua análise unilateral, afastada de toda e qualquer proposta, sugestão ou recomendação da oposição.

Estas contas não resultam dum orçamento aprovado pelo Grupo do CDS/PP, porque não é esta a política que o CDS/PP tem no seu programa para o Concelho.

Também não lhe pode dar cobertura porque desconhece quais os formalismos e processos que estão na origem da sua contracção, liquidação e pagamento.

Por tudo isto não quer ser juiz nesta causa onde faltam elementos objectivos e subjectivos para dar o seu parecer e o seu voto favorável.

Não queremos ser também co-responsáveis por receitas e despesas cujos processos desconhecemos.

Deixemos que o órgão constitucional próprio julgue as contas que agora nos são apresentadas pela maioria do Executivo.

Por tudo isto votamos contra.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Pela leitura cuidada dos documentos, podemos desde logo concluir que a gestão e administração do Município de Mirandela obedeceu às seguintes ideias nucleares: progresso, qualidade de vida, gestão equilibrada e rigorosa, transparência e desenvolvimento sustentável.

Mais uma vez constatámos que a Administração Central é má pagadora, o que cria problemas graves aos municípios e às empresas e cidadãos.

É perfeitamente inadmissível que o Estado deva ao Município de Mirandela cerca de 7.600.000,00€, o que era mais que suficiente para anular a sua dívida global a empreiteiros e fornecedores.

Isto também é, "Dr.ª Isabel Barreira" a pura constatação de um facto.

De elogiar a referência do Executivo a um trabalho colectivo, envolvendo órgãos do Município, Freguesias, Gabinetes de Apoio, Técnicos e Funcionários que também merecem aqui o nosso louvor.

Na impossibilidade de analisar e tecer considerações sobre todos os aspectos dos documentos de prestação de contas, mais uma vez muito bem elaborados e estruturados, vou limitar-me a algumas questões que mais directamente me tocam e me dizem respeito relativamente aos cargos autárquicos que ocupo e às funções que aí exerço.

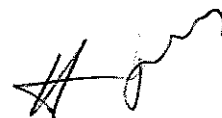
Em primeiro lugar, referir que me apraz registar o aumento de despesas correntes e de capital para as freguesias, que passou de 544.620 euros para 681.800 euros em 2008. Em segundo lugar, permitam-me dar conta da evolução das transferências para instituições sem fins lucrativos desde 2002.

Evolução das Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos

Ano	Despesas Correntes (04 07)	Despesas de Capital (08 07)	Total
2002	442.906,24 euros	227.825,79 euros	670.732,03 euros
2003	665.594,07 euros	251.510,34 euros	917.104,41 euros
2004	752.263,02 euros	403.959,56 euros	1.156.222,58 euros
2005	930.560,46 euros	316.127,61 euros	1.246.688,07 euros
2006	950.754,92 euros	361.479,84 euros	1.312.234,76 euros
2007	973.061,50 euros	488.476,00 euros	1.461.537,50 euros

O PPI que nos é apresentado não é apenas um documento de avaliação da execução mas também um repositório de iniciativas e investimentos para o futuro, ou seja, para os próximos 5/10 anos. Tal traduz um esforço assinalável do Município de Mirandela com o apoio da sociedade civil que tem sido chamada a dar o seu contributo em vários momentos.

Na declaração de voto dos vereadores do CDS/PP, estes caracterizam a gestão política do Município de Mirandela como repetitiva há já alguns anos. Então o que dizer dessa declaração, essa sim repetitiva e quase sempre com as mesmas considerações e críticas? Um das frases utilizadas nessa declaração de



voto é exactamente a mesma que constava na declaração de voto do ano anterior, não havendo sequer o cuidado de lhe dar uma redacção diferente. Diz ela o seguinte:

«A atribuição arbitrária de subsídios a algumas instituições, cujos dirigentes se perfilam em cartazes de campanha eleitoral do Dr. Silvano».

Tal como eu fiz o ano passado, manifesto o meu espanto perante essa afirmação por três ordens de razão:

1ª A CMM tem tratado todas as colectividades com justiça e imparcialidade (não me recordo de ver o actual presidente do SCM, Virgílio Gomes, ou o presidente do CTM, Isidro Borges, nos cartazes de campanha do Dr. Silvano, dois dos clubes que mais recebem da CMM);

2ª Os vereadores do CDS/PP foram informados das normas e dos critérios objectivos para atribuição de subsídios e sabem que em 2007 houve duas associações culturais e um clube desportivo cujas deliberações de atribuição de subsídio mensal foram tomadas mais tarde do que as restantes precisamente por falta de entrega de documentos e pela necessidade de aclarar as actividades que estavam efectivamente a exercer. Pergunto: isto é atribuição arbitrária?

3ª Se de facto assim pensam os vereadores do CDS/PP, não entendo porque foram aprovadas por unanimidade as 82 deliberações camarárias tomadas pelo Executivo sobre transferências financeiras para as colectividades em geral, incluindo os contratos-programa celebrados com clubes desportivos cuja prestação mensal é superior a 1.000 euros.

Os vereadores do CDS/PP referem também o seguinte na declaração de voto:

«Os apoios financeiros às juntas de freguesia são escassos e tardios, procurando desvalorizar o papel do Presidente da Junta, especialmente quando são eleitos por uma cor política diferente».

Desafio aqui os deputados municipais do PP ou os vereadores do PP a concretizar essa critica e acusação, identificando em concreto as situações e as juntas de freguesia discriminadas, a não ser que algum dos presidentes de junta eleitos nas lista do PP tenham a coragem de vir aqui confirmar ou refutar essa acusação.

O Arq.º Nuno de Sousa teceu também alguns comentários sobre a informação referente à área do Desporto e à minha pessoa, com as quais não concordo minimamente. Em primeiro lugar, porque, ao contrário do que afirmou, o texto não fica aquém em termos de justificação, e só disse o que disse porque sabia que muito provavelmente tinha sido eu o autor do texto, como o fui. Em segundo lugar, quero dizer-lhe também que os princípios da igualdade, da justiça, da equidade e da transparência não são chavões políticos mas princípios que conformam a actividade administrativa do Estado e dos seus funcionários e agentes e que estão imbuídos de dignidade constitucional (art. 266º da CRP). Foram consignados nessa Constituição para que o poder discricionário não seja um poder arbitrário mas um poder legal, jurídico, regulado e condicionado por lei.

São até princípios que o Arq.º Nuno de Sousa deve respeitar na sua actividade profissional

Por muito que custe a alguns, Mirandela é hoje uma Cidade e um Concelho com orgulho no seu passado, com um presente em construção permanente e crente num futuro promissor. Muito obrigado.

Deputado Municipal Luís Mosqueiro (PSD):

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes da Junta, Srs. Deputados Municipais, Público aqui presente.

Depois do rol de actividades enumeradas pelo Deputado Dinis Veiga, gostaria de salientar e destacar aqui as actividades e um dos maiores investimentos numa área sensível como é a educação.

A minha intervenção tem o propósito de vos expor o peso da educação no aumento das despesas correntes deste município como consequência lógica do desinvestimento por parte deste Governo e do ministério que tutela a referida área. É óbvio que se o estado da educação estivesse de acordo com a propaganda dos ministros do Governo, não haveria necessidade da Ministra da Educação andar numa azáfama diária de entrevistas na comunicação social justificando aquilo que não tem justificação e que se resume ao desprezo e completo abandono do investimento na educação, passando para os municípios muitas das responsabilidades.

O investimento que o nosso município faz, revela uma enorme nobreza e visão no futuro, na área da educação dotada, contabilisticamente, nas rubricas de despesas e, daí, estar relacionada com as despesas correntes. Com o oportunismo político da oposição e alguma demagogia à mistura, convém-lhes fazer tábua rasa em relação às despesas de funcionamento e incluir a educação como uma despesa corrente. Apesar de contabilisticamente o investimento na educação, estar conectado como despesa corrente, temos de ter a lucidez suficiente para separar "o trigo do joio". Nem tudo o que se insere nas despesas correntes são, na realidade, despesas de funcionamento. As despesas com a educação que este município suporta e muito bem, têm que ser consideradas como despesas de investimento. Nesta área e contrariando o ciclo do desinvestimento do Governo, o nosso município consegue surpreender positivamente, se o compararmos com outros municípios vizinhos, pelo esforço financeiro de um investimento no futuro das nossas crianças, senão vejamos:

Refeições:

São gastos por este município 442.000€ em refeições; cada refeição custa a este Município 3,50€ - comparticipação do Governo central 0,58€;

Se anualmente aumentar o número de alunos, vai aumentar a despesa em relação às refeições.

Refira-se também que a comparticipação do Estado, além se ser pouca, é tardia; e os municípios suportarem por vezes a totalidade das despesas;

Actividades de Enriquecimento Curricular:

Esta actividade imposta pela tutela com toda a pompa e circunstância, comparticipa nela 0€.

O município nesta actividade suportou um encargo de 205.000,00€.

Tarefeiras:

São as pessoas que acompanham as crianças nas refeições e nos transportes. O Município gasta com esta pessoal 90.000,00€

Participação do Estado 0€;

Dia Mundial da Criança:

Devemos ser o único município ou o único concelho a promover esta actividade;

Em transporte de crianças e refeições gastou o Município 22.700€

Participação do Estado 0€;

Obras de Requalificação:

À força de mais uma propaganda estatal no que diz respeito à reorganização da rede escolar foi necessário readaptar infra-estruturas. Foram readaptadas 16 salas e 1 refeitório. Nesta requalificação temos como investimento da Câmara:

Cachão.....	150.000€	
S. Pedro Velho.....	7.500€	
Carvalhais.....	200.000€	numa 1.ª fase
Carvalhais.....	75.000€	numa 2.ª fase
Carvalhais refeitório.....	5.000€	
Ajudas do Estado.....	0€	

Protocolos com Agrupamentos:

Foram celebrados entre o município e os 2 agrupamentos, protocolos de financiamento no valor de 30.000€. O resultado do rácio de investimento destes protocolos é de 25€ por aluno no que concerne a material didáctico.

Material Informático Mobiliário e Material Didáctico:

Foi consumido pelas escolas de 1.º ciclo e pré-escolar o valor de 20.000€

Apoio do Estado – 0€.

Visitas de Estudo, Passeios e Lanches:

Por exigências imperativas da Lei o transporte de crianças ficou condicionado às adaptações necessárias dos autocarros. Como não se reuniam essas condições, a Câmara teve que recorrer a transportes específicos para estas situações, gastando, 25.000€.

Os municípios de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Vila Flor não disponibilizam nenhuma verba para este tipo de actividades.

Aluguer de Viaturas:

A Câmara proporcionou com aluguer de viaturas a todas as escolas do concelho a participação no Plano Nacional de Leitura e no Plano da Matemática. Com esta parceria gastou 5.500€. Participação do Estado 0€.

Material de Limpeza:

A limpeza dos refeitórios das escolas de acolhimento é uma competência da Câmara, bem como a componente de apoio à família (prolongamento nos jardins de infância);

A Câmara gastou 11.000€

Participação do Estado –0€;

Transportes Escolares:

O Município gastou -1.200.000€;

Comparticipação do Estado – 100.000€

Ou seja 1.100.000€ é suportado pelo nosso Município.

Teatros Pedagógicos:

Foram gastos 15.000€ em formação teatral e contratados grupos teatrais (Filandorra, etc) a pedido das escolas, para complemento e reforço pedagógico de matérias curriculares a leccionar.

Depois de enunciar este rol de actividades inerentes à matéria de educação e fazendo o somatório de todo este investimento chegamos ao seguinte valor:

O Investimento total na educação por este Município é aproximadamente 2.000.000€.

Se analisarmos a subida da dotação inicial das despesas correntes no Relatório de Gestão de 2007 que é de 2.719.600€, estamos em condições de afirmar que 2.000.000€ dizem respeito à matéria relacionada com o investimento na educação.

As políticas orientadas para este tipo de investimento devem ser incondicionalmente apoiadas porque o retorno a seu tempo virá. A educação exige tempo e investimento como armas eficazes no combate ao insucesso e abandono escolar.

Podemos estar orgulhosos como o nosso município olha para a realidade dos factos na educação, não olhando a meios para atingir o sucesso com a maior eficácia. O município de Mirandela é um exemplo de boas práticas de parcerias com as escolas deste concelho. Finalizava a minha intervenção com uma palavra de grande estima e consideração à vereadora do pelouro da educação, Professora Gentil, que com tão pouca gente na sua divisão ou departamento consegue, com muito empenho de todos ter tanta actividade numa área tão sensível como é a educação.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Não tenho muito mais a adicionar àquilo que já foi dito pelo meu distinto colega de bancada e que também foi referido aqui pelos demais intervenientes relativamente às contas.

Há pouco a nossa colega de bancada do Partido Socialista referiu que de facto quem sai aqui a perder (ou os que foram enganados) foram os da bancada do PSD e de facto como a bancada do PSD também é aquela que tem mais Presidentes de Junta, eu considero que tem razão, porque na minha apreciação os Presidentes de Junta são os grandes perdedores deste plano e orçamento.

As palavras que foram aqui proferidas pelo meu distinto colega, o Deputado Rui Magalhães, quando se referiu aos valores de progresso, qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, etc., embora não saiba se foi na qualidade de Chefe de Gabinete, se terá sido na qualidade de Presidente de Junta, mas se foi na de qualidade de Presidente de Junta, quer dizer que está satisfeito. Quanto a isso, não tenho nada a dizer a não ser que o que tem sido realizado é feito nesta cidade e portanto deixa de fora as aldeias e daí denoto que ele esteja contente com isso.

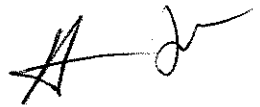
A mim, o que me parece, é que de facto a má gestão é continuada, como podemos ver nos vários gráficos que foram produzidos pelos nossos vereadores da oposição, a má gestão continuada tem conduzido as finanças da Câmara Municipal a um beco sem saída e com muito pouco espaço de manobra. Isto é um pouco por analogia aquela teoria da cama larga e do cobertor estreito. Comprou-se uma cama demasiado larga, gastou-se ali o dinheiro e depois sobrou pouco. A cama larga sendo Mirandela, obviamente, e depois sobrou pouco dinheiro para o cobertor que são as Juntas de Freguesia. E então o que é que acontece, puxa-se para um lado destapa-se do outro e é um pouco aquilo que tem acontecido. Agora dizem-me: se os Presidentes de Junta estão insatisfeitos com esta governação, que venham e que digam qualquer coisa, que se manifestem. Isto é tudo muito lindo, mas sejamos pragmáticos, quem está mal não necessariamente tem que se vir aqui queixar em público, terá outros meios mais directos de fazer ao Sr. Presidente relativamente à insatisfação, porque é óbvio que aqui em público deixaria uma má impressão no executivo que não compensa em termos políticos e portanto é compreensível, mas o facto é que não temos ouvido aqui aplausos nem grandes intervenções por parte dos Presidentes de Junta a louvar o Relatório de Contas, à excepção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, que está satisfeito.

Há aqui uma questão que me parece pertinente, que é também o facto que foi aqui levantado dos nossos vereadores terem votado por unanimidade os subsídios e depois fazerem aquele comentário que são distribuídos discricionariamente, etc. Vamos lá ver porque é que eles votariam por unanimidade se acham que os subsídios estão a ser mal distribuídos e etc. Já se sabe que a explicação é muito clara. A explicação chama-se atitude difamatória, porque se votarem contra, vêm cá para fora... é os que não querem o hospital, é os que não querem o campo de futebol, é os que não querem a Maria e o António, por amor de Deus!... a coerência tem o seu preço político e de facto convenhamos, não me diga a coerência de fazer dessa bancada "eu estou a ouvi-lo" com cuidado porque com "coerência" tínhamos aqui histórias e histórias a contar, etc..

A questão das despesas correntes escolares que mencionou, acho que tudo aquilo que se gaste na educação é investimento. É investimento mas vamos lá ver, há investimento também que tem que ser feito. Investimento mais estrutural, nomeadamente os Centros Escolares, isso não foi aqui referido, falou-se de despesas essencialmente correntes na educação.

E por último, porque se falou de despesas correntes e se falou demasiado em despesas correntes, a execução destas despesas afigura rondar os 11 milhões e 500. Tudo isto pode parecer pouco, muito, pode ser discutível, é não é, face às competências alargadas das Câmaras e às áreas de intervenção e portanto há gastos que lhe estão associados, mas a realidade é que uma Câmara como o Porto, que só é 10 vezes maior do que a nossa, apresenta uma taxa de execução de despesas correntes de 24 milhões, só 10 milhões acima da nossa e é 10 vezes maior do que Mirandela.

As coisas também têm que ter algum equilíbrio e alguma contenção e de facto eu tenho aqui a situação das finanças municipais do Porto e atenção que estamos a falar de um autarca PSD, que é para não dizerem



logo que puxei a brasa à sardinha, fui buscar um autarca CDS, “que já quase não existem” como vocês sabem alguns deles estão em coligação com o PSD.

Aqui concludo, a única coisa que queria dizer é que comparativamente com outras Câmaras que têm tido o cuidado de rever em baixa, aqui externalizou-se a culpa, o problema do QREN, das transferências, etc., Isso é igual para todas as Câmaras, agora no Governo PS como foi no PSD, como será nos próximos que virão etc. Portanto, há que se saber coser com as linhas que se tem.

Eu acabaria a intervenção, não tenho mais nada a dizer relativamente ao que o meu colega de bancada já disse, gostaria apenas de sublinhar que me parece que os grandes perdedores desta gestão, de momento “e a gente tem que fazer sempre o saldo de quem ganha e quem perde” parecem-me ser os Presidentes de Junta. E quando há pouco disse que enganou a bancada do PSD, sim de facto porque é o grupo que tem o maior número de Presidentes de Junta.

Deputado Municipal Jorge Costa (PS):

Esta minha intervenção é suscitada pela intervenção do Deputado Luís Mosqueiro a propósito da educação.

Ouvi-o aqui fazer um exercício puramente demagógico e que não corresponde minimamente à verdade.

É sabido que a transferência de competências para as autarquias, sejam elas quais forem, são antecipadamente negociadas. E tudo o que disse o Sr. Deputado Luís Mosqueiro mais não é do que um exercício de retórica e que conduz a chamar incompetentes a todos os Presidentes de Câmara e principalmente à associação que os representa.

Não quero ser eu aqui, que seria suspeito, a fazer a defesa do Governo, mas convido que seja, e porque com certeza vai gerar mais credibilidade, o Sr. Presidente de Câmara dizer que de facto não há em matéria de educação qualquer transferência de verbas para o Município.

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros colegas, Digníssimo público.

Já foi quase tudo dito, está quase no fim, mas de qualquer maneira vou dar o meu contributo, rápido.

Mais uma vez somos chamados a analisar um Relatório e contas, desta vez o de 2007.

Os principais aspectos negativos que o mesmo apresenta resultam fundamentalmente das limitações impostas pelo poder central a todas as autarquias, com excepção da Câmara de Lisboa, (largamente beneficiada) no intuito de obter impacto positivo na redução do défice do Estado, divulgado pelo Governo do Partido Socialista. É que, o Estado não pagando aos seus credores no exercício da apresentação de contas, não deduz à receita, logo, o défice representado no relatório é baixo. São truques e baldrques que este partido socialista nos tem vindo a brindar, por razões sobejamente conhecidas.

Esta circunstância dificulta, asfixia e limita a acção deste e doutros executivos dada a dificuldade que as câmaras do interior têm de gerar receitas próprias já que as empresas do interior lutam com sérios problemas de sobrevivência, estão descapitalizadas e com fraca capacidade de efectuarem novos investimentos.

Isto só acontece porque ainda não se encarou o problema de frente, da interioridade, por culpa dos sucessivos governos. É que, se os sectores produtivos sofressem alterações positivas, naturalmente que a sua evolução acarretaria maiores fluxos de negócios e conseqüentemente mais receitas para o Município. Bastava que as barragens que cada município têm no seu concelho, pagasse cá os impostos e não na sede social da empresa para resolver quase todos os problemas das autarquias e da sua interioridade.

Se as transferências para os municípios, principalmente as provenientes dos fundos comunitários e dos contratos-programa fossem pagas atempadamente, e nesta matéria o Estado deve à autarquia mais de 7 milhões de euros, por certo que Mirandela gozaria de outra disponibilidade financeira e teria os compromissos assumidos quase todos cumpridos.

Como tiveram oportunidade de verificar nos documentos em apreciação, verifica-se uma clara preocupação do Executivo em controlar um conjunto de despesas correntes sem afectar o seu funcionamento e de apoiar as várias instituições sócio-culturais.

Os custos com os projectos sociais, educacionais, culturais e desportivos, têm sofrido um acréscimo significativo, ainda bem, pois os resultados positivos estão à vista de toda a gente, sendo bem aproveitados pela sociedade civil, que tem dado sinais de grande vitalidade. A aposta tem sido clara: combater o despesismo sem pôr em causa os apoios às actividades e acções que conduzem ao bem-estar das pessoas.

Por exemplo, as transferências para instituições no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos, desde 2003 até 2007, ascenderam a mais de 6 milhões de euros;

Os custos com a prestação de serviços, só durante o presente exercício, relativos à alimentação dos alunos das várias escolas, e a contratação de profissionais para actividades extra curriculares, ascenderam a mais de 1.700.000€ (mais de 340.000 contos).

O apoio às colectividades corresponde a cerca de 11% das despesas correntes.



Às juntas de freguesia foram atribuídos, com a celebração dos protocolos de delegação de competências, para despesas de capital, mais de 630.000€, só durante este exercício.

Já agora para recordar, mais uma vez, também as juntas de freguesia, no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos, receberam de 2003 a 2007, mais de 3.200.000€.

Os avultados investimentos canalizados para a melhoria, construção e reparação da Rede de Saneamento e Abastecimento de Água, a aposta na protecção do ambiente e conservação da natureza, tem sido uma aposta segura dignificando sobremaneira os espaços, quer rurais quer urbanos.

Cabe aqui uma palavra de grande apreço e porque não dizer-lo, de gratidão, a todos os presidentes da junta, que muito têm feito também, para o sucesso e melhoria das nossas aldeias e de todo o seu território, emprestando o seu saber, a sua disponibilidade e o seu entusiasmo no desenvolvimento das nossa terra. Sem o seu empenho e dedicação não seria possível o crescimento harmonioso que toda a gente reconhece ao nosso concelho. Até se pode dizer que, com pouco têm feito muito.

Por isso, caros colegas: o PSD de Mirandela ganha cada vez mais adeptos, mais simpatizantes e mais militantes, o executivo ganha cada vez mais prestígio, mais confiança e mais credibilidade aquém e além fronteiras (basta ouvir os rasgados elogios por parte dos representantes estrangeiros convidados para os eventos por nós realizados), os Mirandelenses também têm cada vez mais orgulho e prazer de aqui viver e finalmente a cidade que gera cada vez mais simpatias e admiração, por quem a visita.

Trata-se portanto, de um relatório que retrata a situação certa e verdadeira da vasta panóplia de realizações levadas a efeito durante o ano de 2007, e que naturalmente o PSD apoia e se regozija de aprovar.

Finalmente, quero salientar duas notas:

1ª. Quero realçar a qualidade técnica, clarividente, profissional e competente do relatório apresentado. Trata-se de um documento, ainda que volumoso, de fácil compreensão e de simples leitura.

2ª. Queria deixar aqui uma palavra de elevado apreço a todos aos funcionários da Câmara Municipal, pela forma como, ano após ano, têm melhorado o seu desempenho.

Nota-se mais simpatia, mais competência, mais capacidade, mais trabalho e sobretudo mais celeridade no tratamento dos milhares de documentos que têm que tratar ano após ano. Isto sim! Isto é que se pode considerar um verdadeiro Simplex, tão propalado pelo governo.

Não foi preciso grandes investimentos informáticos em hardware e softwares, nem promoções nem aumento de salários, nem grandes congeminações informáticas para se agilizar os processos. Bastou motivar os trabalhadores. É esta a palavra-chave de qualquer organização ou empresa para rentabilizar os seus recursos humanos.

A oposição sabe disso. Só falta mesmo reconhecer-lhe esse mérito. Muito obrigado.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Bom dia a todos.

Não estou aqui como porta-voz das Juntas de Freguesia mas o quanto eu aprendo nestas Assembleias Municipais.

Hoje aprendi uma nova forma de fazer o Relatório e Contas da actividade da Câmara Municipal de Mirandela.

Com os milhões todos que eu ouvi hoje aqui falar, o que eu faria na minha Junta de Freguesia! E são milhões diferentes, é de facto engraçado! Mas mais engraçada é a forma como a oposição que não tem argumentos, na minha opinião, como não tem argumentos para votar contra este orçamento, inventa-os. E mais uma vez, que só acontece uma por ano, há então o grupo dos enganadores e o grupo dos enganados.

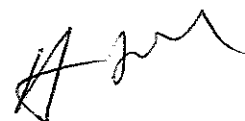
O grupo dos enganadores é a Câmara Municipal e o dos enganados, como são "os mais pobrezinhos", quer mentalmente, quer de dinheiro, são os Presidentes de Junta.

Que eu saiba não passei atestado ou procuração a deputado algum desta Câmara para vir defender os Presidentes de Junta e para os vir espicaçar a falarem e para defenderem os seus interesses. Acho que todos os Presidentes de Junta que aqui estão, no devido momento e no devido tempo, são capazes e têm demonstrado isso, de saber defender as suas freguesias.

Mas mais piada ainda acho, é que só neste dia os Presidentes de Junta são uns "desgraçados" e porque a Câmara não foi capaz, isto no entender da oposição, de lhes dar aquilo que eles nem sequer pediram.

Durante todo o ano e quando é da aprovação do Plano e Orçamento é que era interessante ver aqui estes Srs. Deputados a defender os interesses das Juntas de Freguesia. Mas nessa altura interessa defender Mirandela "cidade". Quando chegamos à altura das contas, como a parte mais fraca no entender deles são as Juntas de Freguesia, é por aí que vamos!

Eu digo mais uma vez, não passei procuração nenhuma ao Sr. Deputado Sousa mas era capaz de lhe fazer uma pergunta. É se ele, para fazer esta análise que fez das freguesias, se em momentos antes ou durante o ano (eu por acaso conheço-as por lá ter estado, mas não pelo trabalho que fazem), é se ele



conhece as freguesias todas do Concelho de Mirandela. E se as vem conhecendo de há anos para cá ou se as conhece só no dia em que lá vai.

Vir para aqui criticar os Presidentes de Junta porque no entender dele foram esquecidos, e era interessante saber se ele conhece no terreno o trabalho que tem sido feito e se conhecia de há anos atrás as Juntas de Freguesia do Concelho de Mirandela.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Bom-dia Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Gostaria antes de mais de o felicitar pela forma como hoje está a conduzir os trabalhos, quem sabe se é por a Mesa estar amputada!...

Venho aqui apenas fazer uma pergunta.

Eu vinha para aqui, vi o Relatório de Contas e tinha o meu sentido de voto definido no da aprovação.

Ouvi entretanto a intervenção da Deputada Municipal do Partido Socialista "Dr.ª Isabel", que pela credibilidade que tem, me suscitou a seguinte duvida: das duas, uma, ou o Sr. Presidente da Câmara mentiu no Relatório de Contas, não disse a verdade, ou a Dr.ª Isabel faltou à verdade e isto para mim é um dilema porque ambos me merecem credibilidade.

É que efectivamente da Prestação de Contas que foi apresentada, resulta que o Estado não transferiu cerca – acreditando no que disse ali o Dr. Cordeiro – de 7 milhões de Euros.

A Dr.ª Isabel veio chamar, passo a expressão, caloteiro de promessas ao Presidente da Câmara e vem dizer que o Estado cumpriu, que o Estado pagou. E eis o meu dilema! Então afinal pagou ou não pagou?

Que Vª Ex.ª venha aqui dizer que transferências é que o Estado fez, que o Sr. Presidente da Câmara diz que não fez.

Que venha dizer quais foram os milhões que transferiu, que o Sr. Presidente da Câmara diz que não foram transferidos.

E se efectivamente assim o fizer, eu serei a primeira pessoa a vir, como lhe referi, exigir esse pedido de desculpas ao Sr. Presidente da Câmara.

Devo-lhe dizer também, se efectivamente isso não ficar demonstrado, que o Grupo Municipal do PSD, sabendo que o fará naturalmente com agrado, também exige esse pedido de desculpas de si.

Gostaria também, rapidamente, deixar aqui, - hoje não fui particularmente interventiva – uma nota.

Parece que os Presidentes da Junta do PSD estão em saldos!...Isto é um piscar de olhos permanente aos Presidentes da Junta, mantendo o CDS um velho princípio que é o de dividir para reinar.

Meus Senhores e Grupo Municipal do CDS, as eleições são em 2009. Já levaram o que tinham a levar. Não há mais nenhum Presidente da Junta que tenha vontade de sair deste Grupo Municipal do PSD. Eles sabem o que dizem e sabem quando o devem dizer.

Não são os Srs. que a propósito da liberdade que dizem perfilhar, que vêm mandar nos grupos municipais que não o vosso.

Devo dizer também que, porque não intervi na primeira parte, que em relação ao 25 de Abril, que está ligado à liberdade, devem também pedir algumas lições, porventura a quem esteja mais à vossa esquerda – quem sabe o Sr. Garrido que tem um postal muito bonito com um poema do Ary dos Santos – lições de liberdade, porque liberdade, meus Srs. é também respeito e dignidade.

Um Estado de Direito só existe, uma democracia só existe se se alicerçar no respeito pelos outros e Dr. Maximino, parece-me que V. Ex.ª hoje se excedeu abusando claramente da liberdade que o 25 de Abril lhe entregou de bandeja e que V.Ex.ª não sabe respeitar. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Eu lembro a esta Assembleia que este ponto é o Ponto de Prestação de Contas e Relatório de Gestão. Fazem o favor não se desviam deste assunto.

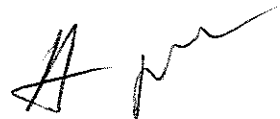
A Mesa e o Presidente querem dizer à Sr.ª Deputada Elina Fraga que regista as palavras encorajadoras que nos dirigiu e agradecemos mas Sr.ª. Dr.ª permita-me dizer também que as amputações dum modo geral, eu falo como cirurgião, são sempre limitativas, impedem sempre e condicionam, não sei se em termos administrativos e políticos isso acontece, mas deixo esse raciocínio de dedução aos meus colegas e deputados.

Deputada Municipal Isabel Barreira (PS):

Eu venho só prestar um esclarecimento, uma vez que me foi pedido, acho que aqui toda a gente lava bem os ouvidos. Eu não disse em momento algum que o Estado tinha transferido alguma verba para a Autarquia.

O que eu apenas referi foi que o Sr. Presidente prometeu cumprir escrupulosamente o orçamento e não o fez. Se ele não podia cumprir não prometia.

Nós não sabemos se o Estado transferiu ou não alguma verba.



Quem prometeu o sol antes de nascer foi o Sr. Presidente da Câmara e afinal nós continuamos na noite escura.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS Independente):

O Sr. Presidente de Junta já nos habituou às suas intervenções tempestivas e o reparo que fez relativamente a se eu tenho ou não tenho legitimidade de falar em nome dos Presidentes de junta ou do quer que seja. Eu tenho a legitimidade toda para falar aquilo que diz respeito a este Município, das freguesias, Câmara Municipal, Assembleia, Município, cidade, o quer que seja, e até política nacional com incidência e com impacto nesta terra.

Portanto, não me venha aqui questionar a questão da legitimidade, porque o senhor é tão legítimo de estar cá como eu. Aliás, até temos papéis diferentes nesta Assembleia, não se esqueça disso.

A outra questão que lhe queria dizer é o seguinte:

Não sei se lhe incomoda o facto de eu vir com blazer ou camisa, se quiser eu posso vir de t-shirt e camisa arregaçada, etc. Eu cresci com gente simples e cresci no povo e também cresci numa aldeia e também sei o que uma aldeia é e também tenho uma Presidente de Junta – do seu partido por sinal – em casa e sei qual é o trabalho árduo dum Presidente de Junta ou dum Presidente de Junta. Portanto não venho para aqui receber lições suas ou toques de graça sobre o que sei ou não sei, se conhece ou não conhece o Município.

Eu já bati este município todo quando foi na campanha eleitoral do Dr. José Gama. De facto não conheço as aldeias todas.

Eu tive muitos colegas na Escola Secundária, de várias aldeias, com quem tenho grande amizade e alguns coitados já não os vejo há muitos anos.

Eu sou desta terra quer o Sr. queira, quer não, porque dá a impressão que eu venho lá de Lisboa, da capital, de fatinho, etc. Eu acho que é ponto final nesta conversa.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Eu estou pouco preocupado que o Sr. Deputado venha para aqui de fato ou de camisa, a mim há-de ver-me sempre de camisa, de certeza absoluta. Mas a mim toda a gente me vê sempre de camisa. Quando eu me encontro com os amigos até se riem comigo porque, em pleno Inverno, ando sempre de camisa. Mas não é a camisa que me vai impedir ou favorecer para trabalhar mais ou menos.

Agora também lhe vou dizer uma coisa, o Sr. Deputado respondeu concretamente àquilo que eu lhe perguntei. O Sr. Deputado conhece as aldeias do Concelho de Mirandela, do tempo do Sr. José Gama e sabe qual foi esse tempo? Não lhe vou dizer mais nada.

Toda a Assembleia e os Srs. Presidentes de Junta saberão qual foi esse tempo e qual é o tempo que atravessamos agora.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito rapidamente, aliás não quero contribuir para estas querelas, nem jurídicas, nem políticas, só quero dizer duas coisas em termos simples, que são:

Há uma frase do Dr. Maximino que resumiu tudo. Disse que era “chapa 47” este Relatório de Contas e eu digo-lhe, as respostas, quer a sua quer as dos outros, são chapa 10, como diz o povo “XPTO”, não têm rigorosamente mais nada.

Queria dizer à Sr.ª Deputada Isabel Barreira que a desculpa é mútua. É que eu também não vejo cá um quarto do orçamento executado. 48%, são quase 50%, é quase metade, não é um quarto. Portanto, as respostas em termos de exagero são dos dois lados postas nestes termos e portanto sobre essa questão que fique claro.

A discussão técnica é dizer ao Deputado Luís Sousa uma coisa. Tem todo o direito de dizer o que quiser sobre o concelho inteiro mas também tem todo o direito de ouvir o que os Presidentes de Junta quiserem sobre o concelho de Mirandela inteiro, aí isso não tenha a mínima dúvida.

E se quer que eles mostrem aqui - como disse e os desafiou – a sua posição, eu quase que me apetecia pedir ao Sr. Presidente da Assembleia que quebrasse a regra de não bater palmas, para ver quantos ficavam mesmo do seu grupo, calados com esta posição. Tal estão satisfeitos com o Orçamento e Plano.

Olhe que eu gostava de ver isso.

Votação:

Votos Contra.....8

Abstenções.....4

Votos a Favor.....45



DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2007, da Câmara Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. Deputados, só uma informação antes de irmos almoçar.

O Ponto 4.7 "Proposta de Alteração ao Regulamento dos Cemitérios Municipais", como é de interesse público, foi retirado deste programa.

Lembrava antecipadamente, que logo à tarde temos a apresentação dum livro dum conterrâneo nosso, toda a gente o conhece, o Nuno Canavez de Vale de Juncal, de maneira que eu farei outro aviso, mas queria sensibilizá-los a todos para às 17 horas estarmos na apresentação.

4.3 RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA DE 2007 –SMA.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Aquilo que eu queria referir é que, a exemplo do Relatório e Contas e atendendo que o Relatório dos Serviços Municipalizados e um bocado também em função do Plano e Orçamento e enquanto eu não vir resolvido o problema que já é velho mas que nunca mais me calo, da taxa de lixo, de que o facto de não gastar água ter que se pagar um balúrdio e nunca se sabe o que virá a seguir, com a privatização dos serviços e é por isso que aqui venho dizer que voto contra.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS Independente):

Relativamente a este assunto, já aqui foi sugerido que nas facturas que são emitidas que viesse mencionada a análise da composição química da água que é fornecida nas nossas casas. Eu acho que é um princípio de transparência, sei que isso já foi também discutido pela nossa vereação na Câmara e até penso que já foi falado com as águas e estão a estudar uma maneira de informaticamente fazer emitir a composição química na facturação.

É um princípio de transparência, aliás quando nós pegamos em qualquer garrafa de água de compra, está lá a análise com a composição química e portanto a mim parece-me que também seria útil que nas nossas casas tivesse porque há muita gente que não consome só água engarrafada e consome a que vem nas torneiras e gostaríamos de saber se ela é de boa qualidade.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

A propósito do Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água, o Grupo Municipal do CDS, tem aqui para ler a Declaração de Voto, começo exactamente por lê-la:

Começa o relatório por referir que houve uma quebra de receita de 2006 para 2007 e resultante do facto dos serviços terem implementado o sistema de cobrança bimensal de 2007.

Não entendemos como é que esta implementação está na origem da diminuição das receitas. A diminuição terá com certeza outros contornos.

Seja como for, não podemos deixar de referir que a diferença entre receitas previstas e cobradas foi de 922.618,23€, ou seja, quase um milhão de Euros, pelo que apenas se executou um orçamento a 73%.

Não entendemos também como se prevê uma receita de capital de 19.100€ e não se cobra um cêntimo.

Afinal quais são os critérios que presidem a este tipo de previsões?

Conforme se alcança do Relatório e Conta, afirma-se que houve um decréscimo de produtividade do trabalho de 2006 para 2007, designadamente a evolução desfavorável do valor acrescentado bruto, deve-se à evolução desfavorável do valor dos custos dos consumos e outros.

Do exposto se conclui que os resultados alcançados no ano de 2007 não são favoráveis, pelo que esta Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água de Mirandela não merece também o voto favorável do Grupo do CDS/PP.

Todavia, tendo em conta os motivos invocados ao longo do questionado relatório, o Grupo do CDS/PP, em vez de votar contra, abstém-se. Muito obrigado.

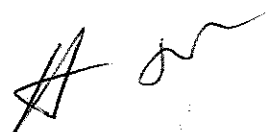
Presidente da Assembleia Municipal:

Pedia a maior atenção aos Srs. Deputados ao decurso dos trabalhos.

Eu pedia o favor da maior atenção para o seguinte;

A Mesa tem dificuldade na contagem dos votos. Não só porque já dissemos várias vezes e convidamos para poderem testemunhar as minhas palavras, porque a partir daqui dum terço da sala, há dificuldade de visão. Mas também porque alguns Srs. Deputados se colocam nos locais que não lhes são habitualmente distribuídos, que são locais do público, portanto teremos dificuldades, chamava a atenção para isso.

O outro aspecto e é o que a Mesa, é o seu parecer, mas estaremos disponíveis para receber qualquer recomendação ou qualquer esclarecimento em contrário.



Quando os Srs. Deputados fazem uma intervenção e dizem que vão fazer uma declaração de voto, a Mesa tem dúvidas se será assim. Podem dar uma orientação de voto "iremos votar deste modo", o que é aceitável, mas as declarações de voto, tanto quanto é regulamentar e julgo que geral, são à posteriori, era uma sugestão que a Mesa aqui deixava ficar.

Votação:

Votos Contra.....1

Abstenções.....8

Votos a Favor.....38

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, aprovar o Relatório e Conta de Gerência de 2007, dos SMA.

4.4- INVENTÁRIO DA AUTARQUIA – 2007

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Relativamente ao Inventário, a opinião que nós temos é que não sendo um trabalho acabado, porque há sempre coisas que entram e outras que acabam. No entanto, entendemos que é um trabalho meritório que nos mostra aquilo que o Município tem, que deve ser constantemente actualizado e que nós não vemos inconveniente nenhum em votar a favor deste trabalho que nos é apresentado.

Embora pareça um bocado maçudo, é-nos apresentado com bastante qualidade.

4.5 – APROVAÇÃO DA 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2008

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há nenhuma inscrição sobre este aspecto duma Revisão Orçamental? Os Srs. Deputados estão todos esclarecidos?

Sr. Presidente quer aproveitar este momento para falar sobre a 1.ª Revisão, dar alguma explicação?

Presidente da Câmara Municipal:

Sobrepor-me-ia ao entendimento dos Srs. Deputados. Não, está tudo explicado.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª Revisão Orçamental para 2008.

4.6 – CONCURSO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO A LONGO PRAZO, NO VALOR DE 3.000.000,00 € (TRÊS MILHÕES DE EUROS).

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

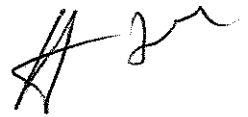
Diz-nos aqui a justificação que o Governo Português publicou em diploma a resolução n.º 34 de 2008, da necessidade de serem as entidades estatais os primeiros a dar o exemplo da regularização dos compromissos no que concerne aos pagamentos. Quero dizer com isto que, segundo a justificação, o Estado é caloteiro, não dá o dinheiro à Autarquia e a Autarquia deve.

Compreendendo que de facto quem trabalha precisa do dinheiro e as dívidas devem ser no mínimo espaço de tempo e eu estou com os credores porque trabalharem sem receber, não pode ser.

Também há aqui uma situação que eu gostaria de chamar a atenção do Executivo. É que dizendo o Executivo que este compromisso que é um instrumento dilatatório.

O desafio que eu fazia ao Executivo era: juntando-se aos empreiteiros e aos credores, porquê não apresentar aqui na Assembleia ou na Câmara, uma moção de protesto pelo facto do Governo lhe dever este dinheiro. Porque isto é muito bonito - é a longo prazo, é uma verdade - mas são os Municípios e as gerações futuras que vão ter que pagar, porque um empréstimo por muito pouco que pague de juros, paga sempre alguma coisa. E nós, ao calarmo-nos, é meu entendimento que estamos a consentir porque quem cala consente.

Portanto eu acho que era a altura de fazermos ver ao Governo de que estas situações não podem continuar, porque se eles querem ser caloteiros que não nos obriguem a que sejamos nós.



Esta história de os empreiteiros estarem a precisar, eu sei que algumas empresas têm algumas dificuldades, porque estão à espera do dinheiro.

O facto é que nós devíamos tomar alguma posição para que isto não pudesse acontecer. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado também, mais alguma inscrição sobre esta operação? Não há.
A Mesa, Sr. Presidente quer dar alguma explicação, por favor?

Presidente da Câmara Municipal:

Eu quero dar uma explicação simples mas objectiva para responder a algumas questões que o Sr. Garrido levantou e para explicar porque não é oportuno se calhar essa moção de protesto nesta altura, para explicar a situação em termos gerais, que é o seguinte:

O que é que o Governo veio publicar há pouco tempo e acreditando na boa fé na medida em que está escrita em Decreto-Lei e, portanto, em Diário da República.

É que o pagamento a tempo e horas vai ser quer para as Autarquias Locais quer para o Governo também. E, portanto, estando nós cientes de que o programa do pagamento a tempo e horas que veio regulamentado há pouco tempo em Diário da República se aplica quer das Autarquias Locais para os seus fornecedores e empreiteiros, quer do Governo para as Autarquias, vamos chegar aqui a um momento a muito curto prazo, onde estes instrumento dilatatórios, não terão razão de ser, a não ser para obras novas conforme a justificação que aqui vem.

Isto é, só são abrangidos pelo pagamento a tempo e horas, dívidas de prestação de serviços a fornecedores, isto é, dívidas de prestações sociais.

No caso da Câmara de Mirandela – para dar só o exemplo de Mirandela – significa que dos 6 milhões que têm aqui 846.665 euros só são abrangidos cerca de 10%, isto é, seiscentos e oitenta e tal mil euros, por este pagamento a tempo e horas, porque só esse é que é devido a fornecedores e a prestações de serviços. Os outros 6 milhões são dívidas acumuladas a empreiteiros, de obras que já estão realizadas e que algumas delas, segundo o quadro anexo que têm, ainda não tiveram a respectiva comparticipação apesar de terem já a sua conclusão feita há pouco tempo.

Isto é que nos levou a tomar uma medida que era esta: como é que é possível compreender que nós pagássemos segundo o programa do “pagamento a tempo e horas” 680 mil euros ou pedíssemos ao Governo para pagar através do Tesouro e do Orçamento, deixando 6 milhões de euros a empreiteiros, sem ser abrangidos por este programa. E ao não serem abrangidos continuavam à espera do seu dinheiro legitimamente, mas que para nós também não é abrangido no programa do Governo para as Autarquias, porque são empreiteiros e não são despesas com fornecedores.

Por isso, vendo bem e analisando economicamente a capacidade de endividamento da Câmara Municipal, achamos por bem fazer o seguinte:

Nós o que devemos é o médio e o longo prazo e o a fornecedores e é tudo junto. Se essa é a dívida junta, porque não transformar dívida de fornecedores em dívida de médio e longo prazo, independentemente e é verdade que vai ser onerada pelo menos com o spread bancário que esta situação tem. E ainda agravado desta situação, falta saber agora se o Tribunal de Contas vai entender ou não a justificação dada para que o empréstimo seja abalizado. Nós já temos exemplos anteriores onde o Tribunal de Contas até ao limite, tem posto condições de tal maneira apertadas que pode o empréstimo não ter o visto do Tribunal de Contas. E não tendo o visto do Tribunal de Contas é evidente que não se pode contrair.

Mas se o empréstimo se puder contrair, a dívida não aumenta porque é para pagar estas situações. E as obras futuras, dá-nos um espaço de manobra que é: pagamos agora o que devemos, mas depois ficamos a dever aquilo que iríamos fazer em obra com os compromissos assumidos.

Com este empréstimo, nós podemos chegar a meados de 2009, não só com a obra feita paga se o Governo cumprir o programa a tempo e horas, mas também com dinheiro para executar as obras que estão no nosso Plano de Actividades e que aqui vêm referidas com este empréstimo para o qual temos capacidade financeira. E por isso eu queria chegar a Junho ou Julho de 2009 e mais do que uma obra feita a mais ou a menos, preferia chegar aqui e dizer que a Câmara não deve a ninguém, incluindo empreiteiros e fornecedores a mais de 60 dias, que é o que diz a legislação e o objectivo do empréstimo é apenas esse.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não registando mais nenhum pedido sobre este ponto, vamos votá-lo.

Deputado Municipal Jorge Costa (PS):

Poderia fazê-lo depois da votação uma vez que isso poderá ser entendido como uma declaração de voto, mas também porque já aqui foram feitas antecipadamente declarações de voto às quais o Sr.

Presidente fez questão de fazer reparo, dizendo que a seu ver deviam ser feitas à posteriori. No entanto faço-a já e para dizer que:

“Admitindo que o pressuposto da necessidade de recorrer a este empréstimo tem como causa o atraso da transferência de verbas do Governo Central para o Município, não compreendemos, contudo, para quê um empréstimo a 20 anos, para resolver uma situação pontual que condicionará certamente futuras gestões autárquicas.

No entanto, e tendo em conta os superiores interesses a que se destina este empréstimo, que é o pagamento a fornecedores, o Partido Socialista vai votar a favor.”

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Era só um pedido de esclarecimento. Eu gostava de saber da parte do Sr. Presidente da Câmara, se confirma a informação que ele já deu aos nossos vereadores, de que este empréstimo diz respeito a três obras que não têm a ver com as aldeias. É a estrada nacional 15, penso eu, a Ribeira de Carvalhais e a Rua da República. É só para se confirmar se de facto se esse empréstimo se destina para estas três obras.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Sr. Presidente pode dar a informação?

Presidente da Câmara Municipal:

Não preciso de a dar, quem leu os documentos sabe o que é que está aí escrito e sabe que esse documento justificativo tem que ir para o Tribunal de Contas e, portanto, tem que ser rigoroso em termos da informação. E isso responde também à declaração de voto anterior - se é assim podemos considerar - do Jorge Costa, por isto:

Isto não é um empréstimo para pagar a fornecedores existentes da Câmara Municipal aquele valor. Isto é um empréstimo que vem numa altura em que tendo o programa do pagamento a tempo e horas e acreditando nós que o Governo faz a transferência do que nos deve, que dá para pagar todas as dívidas que temos a fornecedores e empreiteiros na Câmara fazendo essa transferência, também não temos necessidade de ficar a dever muito tempo aos futuros empreiteiros da construção das obras aí referidas, porque o empréstimo é exactamente para isso.

O que não se compreenderia é que entrando num processo de pagamento a tempo e horas em que o Estado nos desse os 7 milhões ou perto disso, que nos deve e nós pagando com isso os 6 milhões que devemos a fornecedores e empreiteiros, que depois andássemos a fazer as três obras que aí vêm referidas e que são nossos compromissos assumidos, para depois não ter dinheiro para as pagar a quem as levasse à frente. E como temos capacidade de endividamento, o que pedimos é: venha o dinheiro para construir essas obras que estão aí, porque sendo pagas essas obras com empréstimo, tudo o resto do dinheiro de impostos directos e indirectos e do FEF, é para fazer as tais obras a que se refere agora o Sr. Deputado Luís Sousa, quer das Freguesias, quer da cidade, porque ainda havemos de fazer mais do que essas três obras.

Presidente da Assembleia Municipal:

Julgo que não há mais intervenções, vamos votar este ponto.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....9

Votos a Favor.....47

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a contratação do Pedido de Empréstimo Bancário a Longo Prazo no valor de 3.000.000,00€ (Três milhões de Euros).

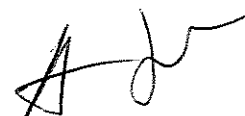
4.8- ATRIBUIÇÃO DE “DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO” AO PROJECTO DE REABILITAÇÃO E ALARGAMENTO DA OBRA DE ARTE –PONTE DA FORMIGOSA – SOBRE O RIO TUELA AO KM 28 + 450 DA E.N. 315.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Relativamente a este ponto é preciso ter em atenção o seguinte:

Este ponto foi trazido para a Assembleia como um ponto “Extra” daquilo que já estava estipulado, que se deve um pouco à actuação dos nossos vereadores que estiveram um bocadinho atentos à situação da ponte e fizeram de facto esse esforço para que isso viesse a esta reunião.

Portanto a actuação dos vereadores da oposição nem sempre é tão má do interesse do município e neste caso em particular houve uma desatenção e eles de facto esforçaram-se para que isto ainda desse



entrada agora porque senão ir-se-ia arrastar por mais 2 ou 3 meses e portanto só queria dar este esclarecimento.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Ora sobre este Ponto, que não oferece dúvidas a Declaração de Interesse Público, pois é mais uma obra para o nosso Concelho e aliás de grande importância, eu só queria e desculpe Sr. Presidente, eu alterar aqui um bocadinho a regra, é por causa da Declaração de Voto. Eu não vou fazer a Declaração de Voto, vou só explicar:

É que eu acho que ao ser aprovada esta proposta, ela devia ser acompanhada de uma declaração que o Grupo do PSD irá fazer, porque ao passar-se depois a certidão para se mandar para as Estradas de Portugal, eu acho que essa declaração devoto devia dizer o seguinte:

“A deliberação de aprovação deve ser acompanhada de um projecto de recomendação às Estradas de Portugal, para que de imediato seja aberto o concurso para a construção da referida obra.”

Eu agora deixo isto à consideração dos outros partidos, se realmente querem participar nesta declaração de voto nós iremos pôr como sendo dos Membros da Assembleia Municipal, ou se não quiserem participar, põe-se só como do Grupo do PSD.

Era só isso.

Presidente da Câmara Municipal:

Em primeiro lugar, é para dizer uma coisa ao Sr. deputado Luís Sousa, que só sabia se era desatenção ou não se estivesse à espera da reunião de hoje e não tivesse vindo a proposta à votação.

Ninguém lhe disse, nem aos Srs. Deputados do CDS/PP de que o PSD não pudesse trazer aqui hoje da mesma forma à votação esta proposta se o quisesse fazer.

Até porque tem esta situação: esta proposta só poderia eventualmente ser aqui votada se os Srs. Membros da Assembleia do PSD assim concordassem, senão não havia maioria para a votar. Esta é a primeira questão.

A segunda, dizer que nesta questão que pôs o Deputado Dinis Veiga é preciso uma questão e a questão é esta em termos simples:

Não é sobre isto que está aqui, é que juntamente com o interesse público, fosse apenas uma declaração ou uma votação desta Assembleia, a lembrar ao Governo que esta obra “e não é esta ponte”, é esta obra, tem interesse urgente na abertura do respectivo concurso. Era mais no sentido de aproveitar esta declaração e fazer uma recomendação para que o concurso seja aberto de imediato.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Eu só queria fazer aqui uma referência à intervenção do Sr. Presidente da Câmara.

Parece-me que se a memória não me atraiçoa, o ano passado desafiou-me para ir ao Secretário de Estado das Obras Públicas tentar saber em que fase é que o processo se encontrava. A verdade é que estou até hoje à espera do número do processo.

Mas por outro lado, o concurso afinal estava dependente do alargamento da ponte. Isto à semelhança do que aconteceu com a ponte de Rebordelo que todos conhecemos também, naturalmente que o arranjo que vai ser feito à 315 terá que passar por aí.

Então estaria dependente do alargamento da ponte e esta situação não foi o ano passado tratada.

Era só isto, muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado pelo esclarecimento, então nessa altura podemos votar e deliberar sobre o interesse público deste projecto.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....9

Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Atribuição de Declaração de Interesse Público, ao Projecto de Reabilitação e Alargamento da Obra de Arte da Ponte da Formigosa, sobre o Rio Tuela, ao Km 28 + 450 da E.N. 315.

PONTO N.º 5 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Espero que tenham almoçado bem.



Vou só fazer algumas referências como é habitual fazer neste ponto, umas positivas, outras negativas, algumas que têm a ver com a política municipal e outras que têm a ver também com a política nacional mas que acabam por ter repercussão na vida as populações do Concelho de Mirandela e na vida de cada um de nós.

Primeira referência para as intervenções no âmbito do Programa de Conforto Habitacional para Idosos.

No âmbito desse programa, a Câmara Municipal de Mirandela e 14 Juntas de Freguesia do Concelho realizaram relevantes obras em casas de pessoas idosas carenciadas que aumentaram o seu conforto habitacional.

Esperemos que haja uma terceira fase, na medida em que já houve a 2.ª fase e Mirandela completou as 25 candidaturas a que tinha direito, sendo o primeiro concelho do Distrito de Bragança a atingir tal proeza.

Uma referência elogiosa para o Aeroclube de Mirandela, que numa Gala de Campeões da Federação Portuguesa de Voo Livre foi considerado o Open Internacional de Parapente como o melhor Open do País.

Mais uma associação e um clube que tem feito um trabalho relevante com resultados positivos, reconhecidos a nível nacional.

Uma palavra também de elogio para um Mirandelense chamado Rui Cepeda que se sagrou campeão nacional absoluto de tiro aos pratos. Ele fez o pleno, atingiu 75 pratos e não falhou nenhum.

Penso que foi um êxito desportivo de grande mérito e penso que merecia ser feita aqui esta referência porque também temos bons atiradores no concelho de Mirandela.

O Sr. Lago já aqui referiu os 125 anos dos Bombeiros Voluntários que vão ter durante três dias um programa digno e à altura da instituição dos bombeiros que a todos nós serve de forma altruísta e voluntária.

Sem esquecer também uma palavra elogiosa para a grande qualidade do Ecoguia 2008, uma edição da Câmara Municipal de Mirandela e em concreto do Departamento de Salubridade e Ambiente, que este ano, para além dum Ecoguia para adultos, resolveu também editar um Ecoguia júnior que vale a pena oferecer aos nossos filhos e aos nossos alunos.

Como sabem o novo mapa judiciário afinal vai ter 39 circunscrições e não as 35 previstas na versão original da reforma, além de que o Ministério da Justiça deu garantias de que não vai encerrar qualquer tribunal.

Uma dessas circunscrições, tudo indica, será em Mirandela, o que é uma excelente notícia e nós aqui também contribuímos para que houvesse esta inflexão de posição por parte do Governo porque aqui apoiámos uma moção de censura.

Uma palavra de apreço também para as Juntas de Freguesia, para a sua associação representativa nacional a "ANAFRE", porque com os votos de protesto, com os votos de censura e com a intervenção que tiveram, conseguiram, pelo menos para já, que a lei autárquica ficasse em banho-maria, apesar de ter sido aprovada favoravelmente na generalidade.

Uma nota negativa, já aqui falámos, infelizmente várias vezes, para o encerramento de serviços no interior e na política que nos relega a todos para uma posição secundária e de abandono. Vem aí notícias negativas, outras notícias negativas que eu espero não se concretizem mas numa recolha que eu fiz no Diário de Notícias, e passo a publicidade, diz assim: Finanças prevêem fechar 1/3 das repartições.

O fecho de 121 serviços locais do fisco, as antigas Repartições de Finanças, dispensa de pelo menos 2.000 funcionários tributários em todo o País, em resultado de concentrações de serviços, fusões das tesourarias com os serviços de cobrança das Autarquias e da Segurança Social, são algumas das directivas propostas pelo Executivo, inscritas no PRACE - Programa de Reestruturação da Administração Central, para reordenar a máquina fiscal.

Outra questão que também nos deve preocupar a todos, porque numa forma geral, temos filhos, temos netos, neste momento como vocês sabem, são já quase 60.000 as pessoas com curso superior que não têm lugar no mercado de trabalho.

É uma matéria delicada, preocupante e acho que valeria a pena o Estado pensar.

Finalmente desejo que a visão pessimista da "SEDES", que é a Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, também seja um exagero.

Diz a Sedes: *Sente-se em Portugal um mal-estar difuso que alastra e mina a confiança essencial à coesão nacional. Este mal-estar e a degradação da confiança espiral descendente em que o regime parece ter mergulhado, tem como consequência inevitável o seu bloqueamento.*

Este é um dos muitos alertas lançados pela Sedes, uma das mais antigas e conceituadas associações cívicas de Portugal, num documento que dirigiu ao País.

Já o disse: eu acredito no futuro, mas os sinais não são muito favoráveis e penso que valeria a pena pensar muito seriamente nisto para que a Sedes não tenha razão. Muito obrigado.

Deputado Municipal Leonel Xavier (CDS/PP):

Boa-tarde a todos. É apenas um reparo e é um reparo triste.

É com frequência que a Sr.ª Secretária do Sr. Presidente aquando da realização de qualquer evento, telefonar aos membros da Assembleia Municipal (eu falo por mim e com certeza que o faz a outros) para indagar se vão ou não a esse acontecimento.

Ora, é estranho que tendo falecido o motorista do Sr. Presidente "Sr. Necho", não tivesse havido o cuidado de fazer o mesmo.

Pessoalmente lastimo que ninguém me tivesse informado deste triste desenlace, uma vez que fui seu amigo, não só do tempo que convivi com ele na Câmara Municipal aquando da minha passagem como vereador, mas ao longo deste tempo todo.

Era uma pessoa sociável, bem-falante e bom portista também.

Foi pena que pouca gente tivesse sabido, porque eu tenho conhecimento que houve muita gente que aqui está presente, que não soube deste falecimento desta pessoa! É pena! Oxalá que casos idênticos não se voltem a repetir!... Paz à sua alma!

Deputado Municipal Márcio Filipe (CDS/PP):

Boa tarde a todos.

Sr. Presidente da Assembleia e demais elementos da Mesa, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, caros Deputados, Presidentes de Junta, Público presente e Comunicação Social.

O motivo pelo qual me traz aqui a fazer uma intervenção já foi aqui discutido nesta Assembleia e deve-se ao facto de ver na Agenda Municipal do mês de Março algumas referências à minha freguesia "Freguesia de S. Pedro Velho".

Qual o meu espanto ao ver na dita Agenda fotografias de algumas obras supostamente executadas nos últimos dois anos. Digo supostamente, pois tais obras, com excepção da casa mortuária e pavimentação da estrada municipal 532, foram terminadas neste mandato. Trata-se de pura campanha política, no meu entendimento, porque essas foram executadas em mandatos anteriores.

Todavia, e analisando cada uma das tão divulgadas obras, não posso deixar passar em branco a referência ao abastecimento de água a S. Pedro Velho que no entendimento dos habitantes dessa aldeia é a mais gravosa de todas, nomeadamente o facto de publicitarem esse abastecimento de água como um grande melhoramento da qualidade da água disponível à população.

Em abono da verdade, tal intervenção seria de facto um investimento de qualidade mas para o leitor da dita Agenda e conhecedor da questão, considera anedótica a referência descrita.

Permita-me que lhe diga Sr. Presidente, o melhoramento da qualidade da água só existe aos olhos do Executivo da Junta de Freguesia, que se contenta com pouco, porque é bem mais clara a água que atravessa no ribeiro da aldeia do que aquela que corre nas torneiras.

O que afirmo aqui hoje é com conhecimento factual da situação.

De outro modo, esta questão já foi várias vezes referida pelo meu colega de bancada Dr. Maximino Monteiro, que inclusive apresentou uma amostra de água nesta Assembleia Municipal

Sei também que o Sr. Presidente me irá responder que a Câmara Municipal não faz a gestão do abastecimento de água em alta e que a mesma é competência da Empresa de Trás-os-Montes e Alto Douro, descartando assim a sua responsabilidade deste assunto como Presidente do Município.

Pois bem, se a competência é dessa entidade e o Sr. Presidente descarta a sua responsabilidade da mesma, pergunto? Não considera o Sr. Presidente que deveria ser a empresa a publicitar a respectiva qualidade da água abastecida na Freguesia, em vez de ser a Câmara Municipal a divulgar esse abastecimento como sendo obra sua, mesmo quando é imprópria para consumo como já ficou demonstrado em anteriores assembleias municipais.

Relativamente a outra obra que é o novo polidesportivo, permita corrigi-lo que de novo não tem nada. Basta uma leitura mais atenta à fotografia para verificar os buracos nas redes do recinto do campo.

Desde já convido todos os presentes que venham lá jogar uma partidinha de futebol e chegarão à conclusão que quando alguém rematar à baliza não sabem se vai para fora se vai para dentro da baliza porque também faltam redes.

Infelizmente esta situação, algo quanto eu sei, não é única e específica da minha aldeia porque existem outros no concelho em condições idênticas.

A famosa Agenda Municipal que já foi aqui referida hoje, refere ainda que o cemitério local foi alargado e com um aspecto mais digno. Em abono da verdade, essa obra foi melhorada e também era necessária e merecida pela população mas esta intervenção é mais uma das obras executadas em mandatos anteriores. Como podem constatar a Agenda já se encontra um pouco desactualizada.

No que refere à ETAR que também é mencionada, que melhorou significativamente a qualidade de vida dos habitantes, de facto neste caso até poderei concordar consigo quando efectivamente a rede de saneamento estiver ligada às casas dos habitantes.

Para finalizar, quero aqui deixar uma pergunta ao Executivo, ao Sr. Presidente e ao Executivo também da minha Freguesia, quando é que o Mini Lar projectado para a freguesia verdadeiramente se vai iniciar.



De facto na dita Agenda, o Sr. Presidente informa-nos que a Santa Casa de Misericórdia de Mirandela, tem um projecto em fase de candidatura ao programa “Pares” para construção do Mini Lar. Pergunto eu? Será que a mesma não estará já em fase de esquecimento?

Importa lembrar a esta Assembleia que quando foi a inauguração da casa mortuária, o Sr. Presidente e o Executivo da Junta soube fazer uma grande festa, enunciando a construção do Mini Lar e inclusive colocando lá a primeira pedra e que também iria durante o ano de 2007 iniciar-se a obra. Até hoje, nada.

Quero concluir e dizer ao Sr. Presidente que por aquilo que vejo, obras concluídas e iniciadas neste mandato só tem uma. O resto que vem na Agenda Municipal, foram feitas em mandatos anteriores. É tudo, obrigado.

Deputado Municipal Alberto Silva (CDS/PP Independente):

Boa-tarde a todos.

Sr. Presidente da Assembleia e respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara e respectiva Vereação, caros Colegas, principalmente Presidentes da Junta que são quase os testas de ferro de toda a gente.

Em primeiro lugar, eu gostava de dizer uma coisa. Oiço muito criticar a rotunda de Mirandela e eu tenho apreciado a última que está a ser construída, que muitas pessoas falam de rotundas como seja apenas uma parte arquitectónica ou qualquer coisa que se coloca e que se move a qualquer altura e se põe com diâmetros e em determinados locais conforme a conveniência de alguém.

Evidentemente que hoje a engenharia tem uma ciência que permite mais ou menos com alguma exactidão calcular um tráfego, o interesse para aquele local e mais, se é uma rotunda ou se é uma semaforização ou se é outro tipo de exemplo que se pode colocar em determinado local, mediante determinados condicionalismos.

Eu tenho que dar os parabéns ao Sr. Presidente, porque aquela rotunda está a resolver de certa maneira os problemas de circulação de tráfego. O trânsito está a fluir melhor, há outros condicionalismos que não têm nada a ver com a rotunda, mas são a jusante da rotunda, que não tem a ver com o escoamento da rotunda.

A rotunda está muito bem implementada, com mais 5 centímetros para trás ou para a frente, está um bom trabalho ali executado.

Em segundo lugar, havia outra coisa que eu gostava de dizer, que é mais importante e agradecer mais uma vez, que só é possível fazer alguma coisa na Junta de Freguesia onde eu sou Presidente, dada a boa vontade e o empenho do Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara, dum forma completamente desinteressada e se fosse interessada, ou dum forma ou outra partidária, só tinha que lhe dar os parabéns pela inteligência que faz despertar com interesse a Freguesia dos Passos. Dum forma desinteressada tem feito alguma coisa pela aldeia dos Passos e daí o meu agradecimento por isso.

E era só isto que eu gostava de dizer.

Havia outra situação, que eu concordo com o Sr. Deputado Xavier, que realmente podíamos ser avisados dos acontecimentos trágicos. Eu também não gostei de não saber ou saber só dois dias depois do falecimento do pai do Vice-Presidente da Câmara. São pessoas com quem lidamos, acho de bom termo que saibamos atempadamente, apenas para podermos também fazer a nossa participação. Muito obrigado.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Vou ser muito breve sobre duas situações.

A primeira, tendo eu ouvido na rádio no dia 03 de Maio vai ser apresentado o Complexo Desportivo do Sport Clube de Mirandela, eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente se nos pode adiantar alguma coisa sobre o assunto. Se é um complexo para substituir aquele que estava previsto ou efectivamente o que é.

A segunda, é um reparo que eu gostava que o Executivo tivesse em atenção.

É vergonhoso o que se está a passar, embora não seja culpa do Executivo, mas provavelmente poderão colmatar a situação – debaixo da Ponte Nova e debaixo da Ponte Velha porque as pessoas fazem daquilo casas de banho.

Com os turistas a aparecerem agora, debaixo da Ponte está de facto uma nojeira. É falta de civismo, é uma verdade, mas creio que os Serviços de Salubridade da Câmara poderiam passar por lá de vez em quando, para que aquilo não seja tão degradante como está.

Reconhecendo que não se pode ter um polícia em cada esquina, estão lá de facto muitos “policías”.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Eu não estava com ideias de me inscrever, mas aqui uma determinada intervenção e até para prestar um esclarecimento me obriga a fazer esta intervenção.

Ficamos a conhecer hoje o futuro candidato do PP à Junta de S. Pedro Velho, meu amigo Valente, cuida-te, mas parece-me a mim que também tem pouco “apelon”.



O Lar de S. Pedro Velho não é um investimento da autarquia, é um investimento da Santa Casa da Misericórdia, apesar dos seus vereadores serem contra determinadas situações.

E quero-lhe dizer que o projecto está pronto, já vai ser feito o concurso, talvez no fim deste mês ou no princípio do outro vai ser aberto o concurso para a execução do lar de S. Pedro Velho.

Outra coisa que eu fiquei também a saber é que a Agenda mesmo desactualizada faz tanta comichão aos Srs. do PP!... É impressionante!

Eu agora agradecia e queria fazer um pedido ao Sr. Presidente da Câmara, é que de mensal passasse a quinzenal que era para eles andarem sempre com comichão. Muito obrigado.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

É só para fazer aqui dois ou três reparos e sobre este primeiro que vou falar já o fiz algumas vezes e o Sr. Presidente da Câmara certamente que irá dizer que não pode dizer muito sobre isto, mas acho que por todos e uma vez que a união faz a força e nós também sabemos fazer bem quando temos que nos juntar para dizer que juntos somos mais fortes.

Era relativamente à Estrada Nacional n.º 315, pela qual passo todos os dias, ou quase todos os dias, e há aqui certamente muitas pessoas que a fazem mais vezes do que eu e me preocupa porque pensei que já estava para breve o lançamento de concurso do início das obras e deparamo-nos com obras de conservação a todo o momento. Já me parecem mais do que obras de conservação porque já são obras de conservação com carácter duradouro.

Parece que se está aqui a protelar, sabe-se lá por quanto tempo, o lançamento de concurso e a realização das obras.

Nós sabemos bem ao que este Governo nos tem habituado e da forma como funciona com os municípios que não são da cor, parece-me que não estará para breve.

Aquilo que lhe queria pedir concretamente, Sr. Presidente, era que nos informasse – se fizer esse favor, a mim e às outras Juntas de Freguesias, que somos mais visados – de qual o ponto da situação concreto e perante isso nós tomaremos depois medidas da forma como nos manifestarmos para ver se conseguimos resolver esta situação.

Outra situação também que já aqui falei que era relativamente aos contadores de água, que eu tinha pedido numa Assembleia anterior para as freguesias para termos apenas um ponto de água nos chafarizes públicos, que nos fossem isentadas as taxas de saneamento e as taxas que estão indexadas à factura da água.

Era um pedido que eu lhe deixava, que o Sr. Presidente agendasse, porque de facto preocupa-nos esta situação, pelo menos a mim preocupa-me com alguns chafarizes lá da freguesia, que gostava que tivessem.

Outra situação também que não deixa de me preocupar é a preocupação do Sr. Deputado Sousa relativamente às Juntas de Freguesia e dizer-lhe que da minha parte vejo com bons olhos a vossa preocupação.

Só nos motiva para estarmos atentos às nossas obras e à qualidade de execução das mesmas, porque fazermos obras e gastarmos dinheiro em obras que não sejam com o fundamento de melhorar as nossas freguesias, gastamos lá o dinheiro e efectivamente esperamos o resultado delas e no final damos conta que o resultado não era o que esperávamos, não as considero umas boas obras.

Eu entendo que nós somos bons a planificar, devemos ser bons a acompanhar e também devemos ser bons a executar.

Eu não comungo daquela opinião que o Dr. Valente se Oliveira tinha quando era Ministro dos Governos do Dr. Cavaco Silva, que dizia que era preferível ter um mau plano do que não ter plano, relativamente aos PDM's.

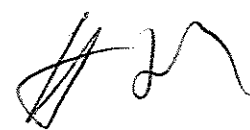
Eu entendo que é preferível ter um bom plano, acompanhar os bons planos e executá-los bem. Os maus planos nunca podem dar grandes obras e por isso eu gostava que tivéssemos alguma atenção no acompanhamento das obras porque o Sr. Presidente sabe bem daquilo que eu falo e uma vez que as executamos, vamos executá-las com alguma qualidade.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Antes de mais queria agradecer as palavras que me dirigiu, gostei de o ouvir, sobretudo no que diz respeito à planificação, concordo plenamente, acho que não se tem que comprometer por menos. Planificar bem e depois acompanhar é o que interessa. Ter qualidade nesse processo.

Eu queria trazer aqui três assuntos avulso que dizem respeito ao Município. Um deles apercebi-me na última reunião de Fevereiro, que estavam a tentar colocar a TV Cabo no prédio onde têm residência os meus pais.

E isto preocupou-me porquê? Porque nós temos um projecto em curso com a Associação de Municípios Terra Quente, da "banda larga", já aqui foi discutido várias vezes. Esses projectos, depois de realizado o investimento têm de ser dinamizados.



Ora se a TV Cabo já anda a espalhar o cabo pela cidade, não sei se já estamos a abrir porta a algo que poderia ser um potencial cliente e que deixa de ser um potencial cliente desta rede mas passa a ser um concorrente.

Gostava de saber o que é que se está a passar relativamente à implementação da rede de banda larga.

Outro assunto: como sabemos o Governo adjudicou à empresa EDP a barragem da Foz do Tua e foi acordado o pagamento de contrapartidas de cerca de 53 milhões de Euros.

Também sabemos da Comunicação Social – nomeadamente saiu no Primeiro de Janeiro, saiu no Jornal de Notícias - que houve uma reunião com os vários Presidentes de Câmara das zonas ribeirinhas afectas por este investimento e que teria havido um acordo de princípio com os com vários Presidentes de Câmara, para se criar um projecto conjunto, mas que o nosso Presidente de Câmara tem e continua a ter uma posição contrária, portanto defende a manutenção da linha a todo custo. Isto parece-me um pouco um capricho, porque o Governo decidiu, a coisa avançou, as contrapartidas estão estipuladas. De facto o Município de Mirandela, dos Municípios ribeirinhos é aquele que directamente mais perde, obviamente, há a questão da linha para resolver, há a questão da dívida à CP para resolver e depois também interesses futuros do que é que se poderá perspectivar.

Eu acho que este processo foi um bocado mal gerido de ambas as partes. É mal gerido a nível da região, dos autarcas da região, porque dever-se-iam ter preparado para a eventualidade de construção, porque já é um programa que já vem de trás, de aproveitamento de recursos hídricos na região. Passam por cá rios, é inevitável que isso pudesse ser colocado na mesa tinha que haver algum planeamento prévio e não um planeamento no sentido de cada um tirar o seu partido individualmente, mas não pensar em projectos a nível regional e intermunicipal neste caso das zonas ribeirinhas. Claro, colocando sempre na hipótese de que a preservação de um vale pudesse ser também uma alternativa, não teria que necessariamente ser a construção da barragem.

Por parte do Governo também acho que houve uma má gestão, porque os Governos estão muito bem apetrechados de equipas técnicas, de assessorias, etc. E não se faz um período de consulta para uma questão sensível que afecta, “a questão de uma linha centenária, dum vale lindíssimo” que eu tantas vezes percorri, porque tenho família no Porto e era o meio de transporte utilizado. Até em 3.ª classe cheguei a andar em banco de pau, se ainda se lembram que havia essas carruagens.

Parece-me a mim também que foi um processo mal gerido. Isto tem a ver com o não saber gerir processos de deliberação deste tipo, sobretudo grandes investimentos que há agora a nível de energias renováveis, que afectam a vida de algumas localidades e de não saber ouvir as partes e de ter um bocado mais de consulta e de deliberação.

De qualquer das maneiras, parece-me a mim que há aqui uma posição caprichosa por parte do Sr. Presidente da Câmara e aquilo que eu gostava era de sensibilizá-lo a ponderar agora a redistribuição ou os projectos que eventualmente se possam discutir com as restantes Câmaras ribeirinhas para o aproveitamento dessa verba de contrapartidas, que é aquilo, parece-me a mim, que é útil para o nosso Município.

Não obstante, eu respeito a coerência política do Sr. Presidente mesmo que isso tenha um custo político dizê-lo. É uma chamada de atenção sobre essa situação e ele saberá melhor o que fazer.

Um outro assunto também é a questão dum relatório da auditoria por parte do Tribunal de Contas que foi publicado recentemente relativamente às parcerias público-privadas, em que o Tribunal faz um aviso importante relativamente à qualidade dessas parcerias público-privadas, não ao instrumento em si, o tribunal não coloca a utilização do instrumento, antes pelo contrário, o que diz e bem é que muitas dessas parcerias são feitas sempre “não tendo muita atenção os parceiros que se escolhem” e portanto quem acaba por pagar pelo que deveria ser uma parceria, acaba por ser quase um investimento público. E nessa situação eu de facto gostava também que o Executivo se pronunciasse relativamente ao Relatório de Contas 2007, da Mircom.

Relativamente à execução financeira de 2007, diz o dito Relatório: “a Mircom–Mirandela Comercial”, teve em 2007 um resultado líquido do exercício, negativo, de 26.943,00€, já consome sem produzir. E isto há que ter um bocadinho de cuidado na criação destas empresas, ou eventualmente agências, de não criarem empresas falidas à partida, ou empresas que comecem logo a consumir com exercício negativo nos primeiros anos de actividade.

Eu poderei não estar ao corrente de todos os elementos e ele terá sem dúvida explicações mais precisas sobre esta matéria.

São os únicos três pontos e agradeço a vossa atenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também. O Sr. Presidente com certeza que vai usar da palavra.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente, vou responder também calmamente até porque acho que estou a fazer um serviço público importante, mantendo-os cá até às 17 horas para a apresentação do livro que se vai

realizar aqui dum conterrâneo nosso. Portanto, nesse aspecto sinto-me mais à vontade até para dar respostas concludentes.

E deixando a brincadeira, em primeiro lugar dizer ao Prof. Xavier que tem toda a razão, que devia haver informação das pessoas que têm algumas situações trágicas, neste caso a morte, que foi do meu motorista e eu queria propor depois - se é que o posso formalmente em termos de Câmara Municipal - à Assembleia Municipal, um voto de pesar ao meu motorista, ao Sr. Necho porque acho que ele ultrapassa a simples questão de ser funcionário da Câmara.

Foi motorista de três Presidentes de Câmara: do Sr. Marcelo Lago, do Dr. José Gama, meu próprio durante mais de 25 anos ou perto disso. Em termos de comportamento, foi sempre exemplar. Eu nunca lhe ouvi falar, nem do primeiro, nem do 2.º, nem do último Presidente da Câmara. Fiz várias viagens com eles durante 12 anos, nunca lhe ouvi dizer como era o anterior, nem o antes do anterior e esse exemplo, às vezes tem que ser louvado nas instituições públicas.

E em conjunto depois a aprovação de um voto de pesar pela morte deste funcionário, que eu considero neste domínio exemplar, até porque atravessou três mandatos autárquicos. A Câmara faz essa proposta para depois no final se puder votar se legalmente for possível.

Em relação à questão que pôs o Sr. Deputado Márcio, de S. Pedro Velho, dizer-lhe também com todo o gosto que "bem-vindo ao debate", bem-vindo aqui à Assembleia Municipal, para se fazer ouvir.

Eu gosto muito que as pessoas falem e que falem na frente. A Assembleia Municipal é um órgão de debate próprio, eu acho que o deve fazer com todo o à vontade, com toda a legitimidade que tem e principalmente na defesa dos interesses da terra onde nasceu ou onde vive e que pretende defender com todo o amor, não tenho dúvidas.

Só que quando falamos devemos ter também a grandiosidade e a generosidade de criticarmos aquilo que está mal, é verdade que se calhar fez aí algumas críticas de algumas situações que podem neste momento as balizas do campo terem buracos ou não terem buracos, é provável que tenha alguns buracos o tapete, que pode ser reparado, mas que depois também não se tenha a grandeza de falar sobre a nossa terra - se nós gostamos dela - daquilo que foi lá feito.

E eu acho espantoso, com quatro notas prévias, que é isto:

A Agenda Municipal mexe de facto com os Srs. Deputados deste Assembleia!... mexe, é uma coisa boa, mexe. O mexer não quer dizer que para uns seja bom e para outros seja mau, não interessa. Dizia um amigo meu que já foi Presidente da Câmara de Mirandela e de muita gente, que dizia isto: quando não falam de mim é complicado. É melhor, nem que falem mal, que falem.

E a Agenda tem esta virtude, falam dela, mesmo que seja mal, tem alguma actividade, está viva e isto mexe com os Srs. Deputados que a lêem e eu fico contente, apesar de tudo, porque senão não conheciam os factos que lá estão.

Por outro lado, também faço uma asserção: é que se os Srs. Deputados a lêem, que são mais criativos, mais informados, eu acho que a população também a lê. E isto é uma virtude importante. E uma coisa que me chega em termos de situações normais é porque eu acho que a população também já se habituou a ela e que também a lê.

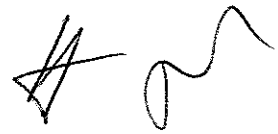
E se a lê também sabe aquilo que se faz nas próprias freguesias, na própria cidade, nos recantos das 102 aldeias do concelho de Mirandela, porque ao lê-la bem ou mal, criticando ou não, acaba por ter uma visão de conjunto de tudo aquilo que se faz neste concelho e nessas freguesias, nas terras deles. Isto deixa-me de facto contente e esta é a primeira coisa que lhe queria dizer. Até provoca intervenções na Assembleia Municipal, de vária ordem, que também é outro contributo importante para o debate.

Nós que andamos sempre a discutir que precisamos de elites e que só temos bases e que só temos gente geral e elites, é importante que uma coisa afinal geral, de base, faz com que nas elites também se discuta. É importante, tem aqui um valor fundamental em termos de debate político e em termos de estratégia política também.

Um dia até isto há-de ser louvado em termos dum bom exemplo de aprendizagem política.

Também fiquei contente, que mesmo a criticar falou em cinco obras. Notável, mesmo a criticar, 5 obras. Isto para dizer que em S. Pedro Velho, no último mandato, do que passou, gastou-se mais de um milhão de euros. E eu pergunto? Mas neste mandato ainda foram lá feitas poucas. É verdade, se eu nos outros 2 ou 3 mandatos de que sou Presidente da Câmara acabei por resolver praticamente todas as necessidades e infra-estruturas básicas de S. Pedro Velho. Bem meus amigos, não façam como o outro, que só para ter obras, tenho que construir umas em cima das outras ou tirar umas para lá por as outras. Se já lá estão não é preciso pô-las todas ao mesmo tempo, temos 102 aldeias do concelho de Mirandela, umas hão-de ter obras hoje, outras amanhã, outras depois, outras daqui a uns anos, porque o dinheiro não chega para todas ao mesmo tempo.

Isto leva-me a uma situação: é que eu cheguei à Câmara há cerca de 12 anos e meio, ainda não fiz os 13. E cheguei a S. Pedro Velho, à tal aldeia que aqui ouvi dizer e criticar, apesar de falarem de obras, aquilo tinha poucos metros quadrados de saneamento "zero", poucos metros quadrados de calcetamentos "zero", os largos daquela capela eram uma vergonha para quem lá ia, o acesso àquela capela era uma vergonha para



quem lá ia, casa mortuária não tinha, obras da Igreja não tinha, o açude que lá corria era uma vergonha, só quem não conheceu S. Pedro Velho!... e não é preciso recuar muito, recua o tempo que eu sou Presidente da Câmara, só, e olha para S. Pedro Velho e olha para aquela Agenda, quem não conhece e vê o que está feito em S. Pedro Velho.

Eu acho notável porque é este exercício que nos ajuda a todos a ver um desenvolvimento harmonioso das aldeias e ensina aqueles que dizem que os Presidentes de Junta deviam falar aqui, que às vezes não têm razões para falar aqui porque são pacientes, trabalhadores, esperam e têm as obras aos poucos realizadas e, portanto, se as têm realizadas não podem falar aqui porque as têm realizadas, a não ser que batam também palmas à Câmara Municipal *“a não ser que isso seja proibido”*, que só vale dizer mal, mas também se quiserem falar bem acho que também podem, em ternos gerais e normais. Isto era a segunda questão que eu queria também ver aqui.

A terceira é que eu quando ponho essas questões na Agenda não é para nenhum deputado gostar, muito menos os da oposição. Podem ter a certeza absoluta, quando as lá ponho é para os incomodar. 1.º ponto.

2.º é para que a maioria da população concorde e fique satisfeita. Eu não quero mais do que isto.

Não quero que a unanimidade goste, digo-vos já com toda a clareza, não quero. Também não quero convencer com isso ninguém que não esteja com disponibilidade de espírito para ser convencido, nada disso, quero é que a maioria da população goste e enquanto tiver esse *“feedback”*, ficarei todo contente porque a maioria da população acaba por ver o que se faz e acaba por gostar dessas situações.

Para terminar dizer apenas que, se lerem bem, nesse parágrafo ou nessa página ou nessas páginas da Agenda, tem um título que é uma *“aldeia, tem um nome”*, depois uma aldeia em progresso ou progresso de uma aldeia ou a qualidade de vida duma freguesia. Cada número traz uma, são 37.

Eu espero que até final do mandato, pelo cálculo que eu fiz sairão quase todas. Já saíram 2/3, só falta 1/3, mas ainda vão sair quase todas as freguesias, as 37.

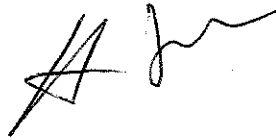
E se repararem lá não diz que as obras são de um ano, de dois anos, de 3 anos, nem deste mandato.

Agora eu desafio a qualquer um a dizer que esteja lá uma obra que não fosse ou lançada, ou feita, desde que eu sou Presidente da Câmara. Isso é que eu desafio e essa questão é importante. Quem tem capacidade para dizer isto está à vontade para ser julgado nestas situações todas. As questões não se vêm num espaço temporal limitado mas num conjunto de espaços que formam uma candidatura ao longo dos anos. O que é importante é saber o que eu já tenho, não posso repetir. Eu se tenho saneamento não posso lá fazer outro. Se tenho as situações resolvidas não as posso vir a resolver. E portanto a Agenda tem tido este percurso e bem, na minha maneira de ser, aliás, se tivesse dúvidas, tirava-as todos os dias, que ouço as pessoas sobre esta matéria, nomeadamente, ou na Câmara ou na Assembleia Municipal.

Em relação ao David Garrido, o 03 de Maio, se podia adiantar aqui alguma coisa. Bem, eu se fosse explicar aqui, não precisava do três de Maio, por uma questão simples: 1.º, porque o que eu vou dizer no 03 de Maio, – explico sem nenhum problema – não é um projecto da Câmara que eu vou apresentar, nada disso. Vou, e a carta que vão receber todos, que eu fiz questão de juntamente com o Sr. Presidente do Sport Clube de Mirandela chegar a toda a gente antes do dia 03, eu quando digo chegar a toda a gente é aos 900 sócios do Sport Clube de Mirandela e às 200 entidades do Protocolo de Mirandela. São 1.100 cartas, que foram enviadas, chegarão 2.ª e terça-feira, que diz o seguinte: o Sport Clube de Mirandela e a Câmara de Mirandela, querem apresentar numa sessão pública, uma eventual e eu volto a repetir *“eventual”* parceria entre as duas instituições para resolver um problema de imediato ou de médio prazo, do Sport Clube de Mirandela, transmitido pela Direcção do Sport Clube de Mirandela que é ter, a curto prazo, um campo de futebol relvado, com bancadas e dois campos de treino, para formação e para ocupação das suas juventudes e dos seus atletas. O que essa reunião tem em vista é mostrar uma eventual parceria a fazer para construir esse objectivo que eu acabei de definir, em que espaço de tempo, com que valores dum e doutro lado, em que local e em que circunstância. Para quê? Para que depois o Sport Clube de Mirandela e os seus sócios, esses sim, legitimamente em Assembleia-Geral, decidirem formal e pensadamente se querem este caminho ou se querem outro caminho. Mais nada do que isto em termos simples. Não quero cá discussão nenhuma do dia 03, quero apresentar uma solução, que pode ser solução se a parceria entre as duas entidades for aceite pelos sócios do Sport Clube de Mirandela, com os prazos definidos, com o custo definido, com o desenho definido e com os meios de financiamento definidos para em xis tempo ter essa questão resolvida.

Quem quiser nesse dia mais sugestões para ficar esclarecido serão dadas pelo Presidente da Câmara em pessoa, - que não tem medo - e pelo Presidente do Sport Clube de Mirandela que estará comigo, todas as que precisarem para que depois possam, - não é discutir aqui que não o permitirei – no Sport Clube, que penso que é dia 06 a Assembleia Geral marcada para os sócios todos, decidirem se querem uma solução que foi aqui apresentada em termos de parceria, se querem a solução que têm ou se querem a solução futura que estava programada há muito tempo e que tem limitações de ordens de ordenamento e de Planos Directores Municipais.

É pura e simplesmente isto que vamos aqui apresentar no dia 03 e que é uma maneira saudável de fazer política e de informar os cidadãos daquilo que possam eventualmente ter. Claro que é só uma



informação porque depois compete aos órgãos do Clube tomar a respectiva decisão em Assembleia-Geral penso que legalmente convocada e com os sócios que entenderem lá estar.

Em relação à questão da ponte e daquilo que se está a passar tem toda a razão, é evidente que o Departamento de Salubridade ou a Divisão têm que ter mais cautela nestas situações e eu rapidamente darei essas informações.

Em relação ao Rui Sá e à EN 315, é evidente que já esteve para ser lançada em Junho do ano passado, como sabe já saiu no PIDDAC do ano passado do EP, agora chama-se "EP". Circunstâncias várias levaram a que se atrasasse o lançamento da obra, agora está pronto para lançar apenas o concurso ainda da Ponte da Formigosa, que é preciso alargá-la e que faz parte dessa situação toda, vamos aqui, se esta Assembleia o permitir e o Sr. Presidente o puser à consideração, dar o interesse público a essa solução para rapidamente avançar o concurso. E segundo informações que tenho, ainda não é no ano de 2008 que o concurso, pelo menos, estará em condições de arrancar porque eu sei que o caderno de encargos está concluído mas não sei nem me foi informada – e apesar de algumas sugestões e de algumas reuniões, de qual a data em que arranque a respectiva obra. É isto que eu sei, não posso dizer que sei outra coisa.

Em relação ao Deputado Luís Sousa, dizer-lhe que sobre a banda larga, a coisa que sei é que neste momento ganhou o concurso da sua construção a PT associada a mais duas empresas que fizeram um consórcio que ganharam a implantação da banda larga que será feita até Março do próximo ano, isto em termos de prazos que estão estipulados no respectivo concurso da infra-estrutura e depois a Associação de Municípios rodeou-se de um grupo de técnicos que estão a ser conduzidos pelo Sr. Presidente da Associação e o Sr. Director.

Até ao prazo que tem, 30 de Julho deste ano sobre os eventuais negócios ou potencialidades de negócio dessa linha e dessa infra-estrutura que vai começar dentro de pouco tempo a ser feito, que a PT ganhou o respectivo concurso e que depois terá as aplicações que tiver.

Sobre a questão da barragem já não concordo nada consigo. Com a mesma frontalidade que me pôs também lhe vou dizer.

E não concordo consigo por uma questão simples. Os meus colegas Presidentes de Câmara (eram quatro) e o Presidente da Unidade de Missão do Douro, o Eng.º Ricardo Magalhães, que estiveram tão convictamente a favor da barragem e à espera da tais contrapartidas da EDP até à primeira reunião que tiveram em conjunto na Câmara da Carrazeda, chegaram à conclusão naquele dia, depois de grande discussão sobre este tema, que era melhor encomendar um estudo a partir do zero. Isto é, saber se naquele local, naquele vale, para Trás-os-Montes e para os Municípios seria melhor a barragem ou seria melhor continuar o vale como está, com o transporte ferroviário melhorado e com o aproveitamento turístico do vale de outra forma.

E chegaram a essa conclusão num comunicado conjunto onde disseram: não queremos negociar com a EDP já sem ter este estudo em cima da Mesa, cujo prazo de entrega será de 90 dias.

Nenhum deu por adquirido ainda que a EDP levasse definitivamente à frente a construção da barragem porque ainda está a ser feito o estudo de impacto ambiental e como tal podem também aqui surgir surpresas ou não.

Esse estudo ficou da responsabilidade da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana com as Câmaras de Murça e de Alijó.

Serei teimoso até ao ponto em que perceber, com dados e estudos na mão, se a minha terra, as minhas gentes, o meu concelho e a minha região ganharão mais ou menos com uma solução ou com a outra.

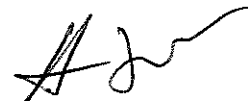
Também vos digo, se chegar à conclusão de que o que eu penso economicamente pode estar errado e pode prejudicar a região, facilmente farei exercícios de memória para escolher a solução que mais beneficie a região.

Agora que ninguém pense é que me apanha a defender uma situação que eu não sei se defende melhor ou pior a região. Pode defender melhor ou pior o país, acho que isso ninguém tem dúvidas mas sobre a questão da barragem tenho dúvidas se defende melhor ou pior a região. E eu estou farto de investimentos nesta região, nomeadamente em barragens, e termos de pagar a electricidade mais cara do que em Lisboa e Porto.

E pior ainda é essas empresas e essas barragens pagarem o IRS e o IRC em Lisboa, em Oeiras, onde têm as sedes e não rigorosamente nada nos sítios onde elas são feitas. Eu recuso-me entrar nessa lógica sem saber primeiro quais são as consequências positivas ou negativas desse estudo.

E eu convencendo os meus colegas que era necessário este estudo, sinto-me satisfeito por ter conduzido o processo, pelo menos até este ponto, porque a partir dessa data ninguém andou a dizer que era a favor da barragem, porque eles próprios tiveram que pensar se os seus municípios e se as suas terras ganhariam mais ou menos e eles próprios não tinham a resposta a essas situações.

Só reuniremos com a EDP quando tivermos esse estudo na mão e quando soubermos as consequências positivas ou negativas dessa situação.



Em relação à outra questão das parcerias público-privadas e do Relatório do Tribunal de Contas, dizer-lhe que ouvi com muita atenção e dizer-lhe também que esta Câmara não tem nenhuma parceria público-privada.

Em termos de sossego, pode o Sr. Deputado e todos os membros desta Assembleia Municipal ficarem sossegados, que não temos nenhuma parceria público-privada ainda. Podemos vir a ter, mas neste momento não temos nenhuma parceria público-privada, no sentido das parcerias público-privadas a que se referia o Tribunal de Contas como parcerias de investimento e como parcerias de adesão para investimento ou para a construção de infra-estruturas através de investimento dilatado no tempo. Aquilo que falou da Mircom é apenas uma associação privada, entre duas entidades, uma pública, outra privada, embora sem fins lucrativos as duas, para levar a efeitos em Mirandela, um conjunto de iniciativas e um conjunto de eventos que só têm prejuízos, não têm lucros.

A Mircom não foi constituída nem para ter lucros, nem para ir à falência, nem para ter resultados positivos nem negativos.

A Mircom foi feita como uma entidade, uma associação privada, para levar a efeito em Mirandela todos os eventos que possam ser feitos na cidade com a colaboração da Associação Comercial e Industrial e da Câmara Municipal e não andar a fazer um evento hoje, outra a fazer outro amanhã, outra com o mesmo objectivo a fazer um, outra com o mesmo objectivo a fazer outro.

É para gastar dinheiro do Município em actividades culturais e actividades de lazer em dinamização comercial da própria cidade e do próprio concelho.

A festa da Geografia vai ser já pela Mircom, a Reginorde vai ser já pela Mircom, a Animação de Natal vai ser já pela Mircom, a Dinamização Comercial vai ser pela Mircom e portanto vai ter os resultados que a Câmara e a Associação que depois nos tempos próprios e nos termos legais levará aos seus órgãos, para decidir que tipo de eventos quer em Mirandela.

E é só isto que é a Mircom e não é nenhuma parceria público-privada no sentido do que o Tribunal de Contas acabou por dar o parecer.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente, nós ainda neste período de Outros Assuntos de Interesse para o Município, a Mesa tem aqui dois documentos, um de carácter informativo para os Srs. Deputados e outro de carácter deliberativo.

O de carácter informativo é um documento que é enviado para a Assembleia Municipal, para dar conhecimento aos Srs. Deputados sobre um Protocolo existente e que foi sancionado por nós "Assembleia", entre a Direcção do Aero Clube de Mirandela e a Câmara de Mirandela no que respeita a uma obra, isto é o tema "Obra de Asfaltamento da Pista". É um Relatório de Apresentação de Contas, comunico isto à Assembleia para que se algum dos interessados tiver curiosidade de ver, faça o favor.

O assunto de carácter deliberativo, é um **Pedido de Atribuição de Declaração de Interesse Público, ao Projecto de Reabilitação e Alargamento da Obra de Arte da Ponte da Formigosa, sobre o Rio Tuela, ao Km 28.**

6.º PONTO - PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO


Munícipe Sr. Carlos Fraga:

Boa tarde Sr. Presidente e boa tarde a todos.

Não era meu propósito vir aqui nesta parte final do fecho dos trabalhos, mas pegando nas palavras do nosso Presidente da Câmara, penso que também estou aqui a prestar um bom serviço, embora com o sacrifício dos Srs. Deputados, mas também com o sacrifício da minha vida que deixei a minha vida profissional de parte para ter paciência, que saber esperar é uma virtude e tive paciência de esperar por este para poder intervir. E isto pelo seguinte:

É que de manhã e dirijo-me pois como é óbvio a V.Ex.^a, à Mesa, nos pontos que aqui coloquei, houve um Deputado desta Assembleia Municipal, O Sr. Deputado David Garrido, que se insurgiu contra um dos pontos que eu referi, nomeadamente a tal "moção de petição que foi entregue em devido tempo, "dia 19 de Dezembro de 2007, a este órgão, à Assembleia Municipal, para conhecimento de todos os Srs. Deputados Municipais e ele respondeu que não era da competência da Mesa dar conhecimento do que quer que fosse.

Eu acho que é errado até porque aquilo que eu tenho constatado, no início de cada sessão dos trabalhos, a Mesa através de um dos eus secretários dá sempre conhecimento daquilo que recebeu – de ofícios, convites, coisas diversas – O que eu ia sugerir – na minha modéstia – ia sugerir ao Sr. Presidente da Assembleia para que não se caia de futuro nestes equívocos, quando fosse recepcionado na Assembleia Municipal, na Secção para o efeito, qualquer documento que se entendesse de matéria pertinente ou mais relevante, não aquelas coisas de mera formalidade, que fosse remetido num subscrito como são as actas, a todos os Srs. Deputados Municipais, para que não digam que não souberam ou que ninguém lhe transmitiu.



Mas também queria dizer como resposta e como cidadão que um deputado que se considere como tal e desde que é eleito, deve ter a preocupação, como tem um cidadão, público e anónimo como sou eu, de ir à própria Assembleia Municipal e consultar o que é que lá está de documentos.

Sr. Presidente era só isto que eu tinha para dizer e com todo o gosto tive a pachorra (perdoem-me a expressão) de estar a tirar fotocópias da moção de petição, que não é minha, apenas sou um dos intervenientes, que vem dum órgão deliberativo, vou entregar aqui 5 exemplares fotocopiados que vou entregar à Mesa e peço ao Sr. Presidente a gentileza de pedir à funcionária de serviço nesta Assembleia que distribua uma à bancada do PS, outra à CDU, outra ao PSD, outra ao CDS/PP e outra se favor ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cedães.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bem, muito obrigado.

Sr. Fraga e Srs. Deputados, o nosso companheiro aqui da Assembleia, o Secretário que acabou de se demitir, o Jorge Pereira, tinha-me transmitido a informação de que iríamos “a Mesa” dirigir uma carta ao Sr. Fraga, dando explicação sobre o sucedido, porque o assunto que nos remeteu foi lido, pode não ter sido distribuído.

Algumas vezes coloca-se a circunstância à Mesa e é um pouco subjectivo de saber se a divulgação pode ser oral ou pode ser através de ofícios. Como sabem nós temos a preocupação de combater um pouco a burocracia e julgo que nisso todos estaremos unidos.

Este período de intervenções dos Srs. Municípes terminou, mas parece-me que o Sr. David Garrido tinha pedido a palavra. Para que efeito é? É também neste período dos Municípes?

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Eu tenho muito respeito pelo Sr. Fraga mas o Sr. Fraga tem que ter muito respeito pela Assembleia Municipal e pelo Regimento da Assembleia Municipal.

Isto não é uma outra coisa qualquer. É um órgão do município, que tem regras e que estão escritas.

O público, segundo o Regimento, deve fazer perguntas concretas dirigidas à Mesa e ao Sr. Presidente da Câmara, que ele de imediato lhe responde.

O Público não pode pedir à Mesa (porque não está isso escrito) que divulgue aquilo que o Sr. quer ou que os outros Municípes querem.

Aqui o Sr. dirige-se e tem intervenção, tem tempo para isso, dirige-se à Mesa e ao Sr. Presidente, sob perguntas concretas que lhe sejam respondidas a si.

Eu não tenho que receber da Mesa aquilo que o Sr. quer que eu receba. Se quiser que eu receba, entrega-mas a mim, porque aquilo que está escrito, está no Regimento não lhe permite esse tipo de situação.

O Sr. Presidente da Mesa tem sido condescendente com a sua actuação. Mas o Sr. não é um elemento da Assembleia Municipal. O Sr. é do Público e tem no Regimento a forma de se dirigir à Assembleia Municipal. Disse.

Presidente da Assembleia Municipal:

Julgo que todos os esclarecimentos são importantes para a Mesa. Todavia a Mesa reserva-se no direito de receber e acolher todas as informações e tratá-las consoante o seu critério e o regulamento.

De maneira que, pela nossa parte, os senhores municípes são encorajados a aparecer, a falar e depois o critério de actuação esse é nosso, segundo o regulamento e aqueles que os Srs. Deputados nos fizerem transmitir.

Mas bem-vindo, agradecemos-lhe por isso.

Antes de terminar, O Sr. Presidente diz queria fazer a leitura.

Presidente da Câmara Municipal:

Queria fazer aqui uma homenagem ao Sr. Garrido hoje, que me deu este cartãozinho de manhã e ele também para não ter o trabalho todo em vão, porque acho que foi um bom trabalho de sensibilização para o 25 de Abril, eu despedia-me também hoje deste Assembleia com o verso que mais gostei deste cartão, que foi:

“Foi esta força viril de antes quebrar que torcer, que em 25 de Abril fez Portugal renascer.”

E Viva o 25 de Abril.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então agora compete-me ler a outra parte para os Srs. Deputados:

“Contra tudo que era velho levantado como um punho, em Maio surgiu vermelho e o cravo do mês de Junho e o grito foi ouvido tantas vezes repetido, dizia que o povo unido jamais será vencido.”

Srs. Deputados, como sabem o nosso conterrâneo, o Nuno Canavez de Vale de Juncal, faz questão de trazer um livro e pediu-me para vos transmitir o seguinte:

Que tem uma obra para cada um de vós, acho que é uma atitude de grande consideração pelo trabalho que os Presidentes das Juntas desenvolvem no Concelho, que é o Concelho dele e julgo que a vinda dele com esta obra, é um acto de grande afecto e de maneira que eu não podia deixar de dizer isto aos meus amigos e conterrâneos Presidentes da Junta.

Dizer ainda o seguinte:

Era a eleição do Secretário que se acabou de demitir.

O que ficou mais ou menos estabelecido era dar tempo aos partidos para se entenderem e fazer uma selecção de nomes, portanto falarmos fora deste âmbito e depois na próxima sessão fazermos a eleição.

No que respeita ao "voto de pesar", eu perguntaria à Mesa, ao Sr. Presidente, como há bocado deixou transmitido, se podemos então fazer a votação em relação à Assembleia, do "voto de pesar" pelo falecimento do Sr. Necho.

Presidente da Câmara Municipal:

É para enviar à família, à mulher e aos filhos um voto de pesar pelo falecimento do motorista da Câmara Municipal Sr. Necho.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então ao voto de pesar que com certeza toda esta Câmara está unânime e com o devido respeito e a confiança que os Srs. Deputados vão dando à Mesa, eu penso que estamos todos juntos e unidos neste pensamento e neste voto de pesar que o Executivo propõe.

Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, Municípes, os meus cumprimentos. Está encerrada esta sessão e até à próxima.

Mirandela, 24 de Abril de 2008

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

JORGE MANUEL PEREIRA

O SEGUNDO SECRETÁRIO



DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO